

APAV<sup>®</sup>



Associação Portuguesa de  
Apoio à Vítima

# RECORTES DE IMPRENSA

## MARÇO 2023



## Associações querem que violação seja crime público. Parlamento está dividido

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	31/03/2023
Meio:	Público Online	Autores:	Daniela Carmo

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=edfb26c6>

A garantia da protecção às vítimas de crimes de violação é consensual. APAV pede crime de "natureza pública, mas mitigada", em que a vítima possa optar por suspender o processo.

A violação como crime público voltou a dividir o Parlamento, a reboque de uma petição que juntou mais de 100 mil assinaturas. Se nesta sexta-feira a decisão de alargar o prazo de denúncia do crime de violação de seis meses para um ano foi aprovada por unanimidade, a discussão sobre como melhor proteger as vítimas continua a não ser consensual. Do lado das associações de apoio à vítima parece claro que avançar para um crime público é imperativo. Já na bancada socialista o entendimento é outro.

Isabel Moreira, deputada do PS que tem acompanhado o tema, mantém a posição, partilhada pela maioria do grupo parlamentar socialista, de que a violação deve manter-se como um crime semipúblico. Para a jurista, o que deve determinar se um crime é público não é "a gravidade do crime", devendo suplantar-se a este factor "a vontade da vítima" que, diz, "o direito penal não pode anular".

"O interesse do Estado em prosseguir uma acção penal não é absoluto. Tem de ser conjugado com o direito à privacidade e à escolha das mulheres", afirma em conversa com o PÚBLICO.

Considerando que a denúncia pública é "de enorme violência e paternalismo", Moreira lembra que o processo penal contra o interesse da vítima pode levar a uma "retraumatização" e aumentar o "medo" das mulheres de "pedirem ajuda" por receio de que as pessoas denunciem a sua situação.

"O que devemos assegurar é que se a vítima fizer queixa tem os meios necessários", defende a socialista, que refuta o argumento de que a denúncia pública levaria a mais condenações com a ideia de que vai resultar em "mais absolvições se as vítimas não colaborarem".

Já Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda, argumenta que "há um benefício" em que os processos criminais não dependam exclusivamente da vontade da vítima, não apenas porque permitiria aumentar as denúncias e, assim, "desocultar a realidade do problema da violência contra as mulheres", apenas uma em dez mulheres denuncia o crime de violação, sublinha, mas também a nível preventivo.

Segundo a deputada, tornar o crime público "dá um sinal à sociedade de que deve denunciar os agressores" e que "não há impunidade". Por outro lado, a bloquista rebate a ideia de que os processos seriam in consequentes ao dependerem do testemunho da vítima, argumentando que o procedimento pode incentivar as vítimas a testemunhar, mesmo que numa fase posterior, e o Ministério Público (MP) a investigar se existem outras vítimas de um mesmo agressor.

Para a bloquista, o argumento de que o crime público "condiciona a autonomia da vítima" é uma "falácia", uma vez que esta já "está condicionada por medo, descrédito da justiça e vergonha". Mortágua contrapõe com a ideia de que deve ser "retirada de cima da vítima" a "pressão e responsabilidade" de denunciar "sozinha" e que tem de se acabar com a "protecção dos agressores",

reforçada por saberem que o crime apenas pode ser denunciado pelas vítimas sobre as quais exercem poder.

Violação como crime de natureza pública, mas mitigada

Do lado da Associação de Apoio à Vítima (APAV), a posição é que a violação deve, sim, passar a ser crime público. Contudo, como explica o coordenador de operações daquela instituição, Frederico Marques, "há muitas zonas cinzentas", e é por isso que defende que seja dada ao crime "uma natureza pública, mas mitigada".

Nesse cenário, explica o jurista, o MP poderia "avançar com procedimento criminal mediante qualquer denúncia, pela vítima ou por terceiros". Contudo, poderia existir a possibilidade de a vítima, a qualquer momento, optar pela suspensão do processo ou pelo arquivamento, como defendido esta semana na Assembleia da República por partidos como o Chega, a IL ou o PAN. "Essa vontade, em princípio, a não ser que não seja uma vontade livre e esclarecida, deve ser respeitada", refere.

Frederico Marques admite, contudo, que a solução actual de crime semipúblico é "semelhante" à proposta da APAV. "Mas [essa realidade] tem um problema, que é de, na prática, o MP não fazer uso da possibilidade de avançar com procedimento criminal mesmo não tendo queixa por parte da vítima", explica.

Também a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) sublinha a necessidade de que a violação passe a ser um crime público. Ao PÚBLICO, Ilda Afonso, técnica do projecto EIR , Emancipação, Igualdade, Recuperação daquela organização, diz que "é importante [essa mudança] para que se denunciem as situações e até para que estes crimes sejam mais castigados e mais falados, deixando de ser um crime tão privado".

Mas faz uma ressalva: tal como acontece nos crimes de violência doméstica, a "vítima deve poder guardar silêncio" devido à possibilidade de "retraumatização".

"Nos tribunais, muitas vezes, não se leva a sério este crime e culpabilizam-se as vítimas. Achamos que o facto de ser um crime público também vai ajudar a sensibilizar os profissionais para a importância de levar a sério este crime", sublinha ainda, ao mesmo tempo que recorda que o processo é moroso para as vítimas, que, por norma, "demoram muito tempo a reconhecer-se como vítimas porque se culpabilizam".

A psicóloga Gabriela Moita explica que esse processo de culpabilização é algo comum, mas, ao mesmo tempo, infundado e "absurdo". "São processos humanos do pensamento, mas que não têm sentido, os de a vítima sentir que também foi responsável pela violação, pelo abuso, seja por que motivo for", desenvolve a também membro do Conselho de Especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde da Ordem dos Psicólogos.

Para a especialista, "o mais importante é proteger a vítima, que não tem de colaborar nas investigações". "A vítima deixa de estar responsabilizada pela queixa [quando esta é feita por terceiros]. Ela foi o objecto [da violação], mas não é responsável pela queixa. Com isso, estamos a libertar a vítima de uma coisa que dificilmente ela poderia fazer, sobretudo quando existem ligações familiares fortes, que trazem uma ambivalência muito grande."

Quanto à possibilidade de a vítima poder guardar o silêncio e não colaborar nas investigações , algo que as signatárias de uma carta aberta para a consagração da violação como crime público, que data de Maio de 2022, defendem ,, Frederico Marques, da APAV, recorda que "se o crime for tornado público em sentido absoluto, ou seja, se a vítima não tiver a opção de desistir ou não queira participar, essa possibilidade vai depender de quem é o autor do crime, o arguido". E isso acontece "porque a regra no ordenamento processual penal é de que qualquer testemunha que seja chamada a depor tem de prestar depoimento".

Constituem excepções, por exemplo, os casos de crimes praticados por familiares próximos da vítima,

adianta ainda. "Se pensarmos nos casos em que a violação é perpetrada por alguém que é estranho à vítima, se não houver nenhuma disposição legal que avenge a vítima, a vítima pode ser obrigada a depor", refere o jurista.



**Violação como crime público**

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=af2a4f9b-1a36-43ce-95c4-4e044be8fe1a&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

O Parlamento debate hoje a violação como crime público.  
Conversa com Frederico Marques, jurista e assessor da direção da APAV - Associação de Proteção à Víctima.



### Ataque ao Centro Ismaelita em Lisboa - Análise de Carla Ferreira

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=bc0939d9-6363-494a-ad68-b33e2da04477&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

Análise ao ataque ao Centro Ismaelita em Lisboa, com Carla Ferreira, criminologista e assessora técnica da direção da APAV .



## Violência no namoro devia ter moldura penal própria

Associações ouvidas no Parlamento pedem mais apoio na escola

**PREVENÇÃO** Um sistema legal distintivo para os menores que pratiquem violência no namoro, separação de vítimas e agressores, políticas públicas transversais, mais educação nas escolas e penalização por divulgação de imagens não consentidas na internet. Foram algumas das medidas que associações que trabalham diretamente com vítimas de violência de género, doméstica e no namoro pediram ontem aos deputados, numa audição na Subcomissão para a Igualdade e não Discriminação.

Ana Leonor Marciano, advogada da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), pediu "processos tutelares educativos e processos de promoção e prevenção" e disse que o "sistema legal e protetivo de menores tem de ser capaz de dar resposta às vítimas e a agressores de violência no namoro e aplicar medidas em concreto, passar informação clara aos jovens que estes modelos de atuação não são aceitáveis".

A UMAR defendeu que "têm de existir consequências", ainda que os agressores sejam menores de 16 anos – e, por isso, inimputáveis – e pediu que "as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens possam trabalhar nas escolas de forma continuada e reiterada".

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) lembrou que a violência nem sempre acaba com o fim do namoro e que, quando não acautelada, pode ser antecâmara de mais agressão. Margarida Medina Martins, presidente da Associação de Mulheres Contra a Violência, falou das sequelas graves que a pandemia deixou em crianças que assistiram a violência doméstica e que "aos quatro anos já abusam de crianças de quatro anos ou menores" quando chegam a casas-abrigo. ●

CARLA BERNARDINO

**Dia Internacional contra a discriminação racial**

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=e98a4f6e-4804-4058-8cb4-5c0cea518112&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

Num outro plano, o Presidente da República apela à inclusão e ao diálogo no Dia Internacional de luta pela eliminação da discriminação racial. Numa nota publicada no site da Presidência, Marcelo Rebelo de Sousa pede aos portugueses que combatam o preconceito e se concentrem no que aproxima as pessoas. Já a Associação Portuguesa de Apoio à vítima apela à denúncia dos casos de racismo. Declarações de Joana Menezes.



ID: 104243348

18-03-2023

## Violência Doméstica

A violência doméstica é um dos crimes com maior incidência em Portugal, sendo que em 2021 recorreram à APAV, em média, 37 pessoas por dia, sendo na sua maioria mulheres, vítimas do crime de violência doméstica. De entre os mais de 25.000 processos de apoio iniciados, 19.846 (76,8%), dizem respeito a este tipo de crime.

### O que é?

A violência doméstica define-se como a prática de um ou mais crimes que podem ser praticados, ou não, em contexto doméstico. Assim, pratica este crime quem infligir maus tratos físicos, psíquicos, sexuais ou violência económico-financeira, uma ou várias vezes, sobre cônjuge ou ex-cônjuge, companheiro/a ou ex-companheira/a, namorado/a ou ex-namorado/a, progenitor de descendente comum, ou criança/jovem (filho/a da vítima ou do/a agressor/a). Ademais, estes comportamentos violentos cometidos contra

pessoa particularmente indefesa (leia-se pessoa idosa, criança/jovem, pessoa com deficiência, pessoa grávida, doente ou depende economicamente) poderão ser tipificados no crime de violência doméstica sempre que vítima e agressor/a coabitam.

A violência doméstica pode assumir a forma de:

- **violência emocional** – qualquer comportamento que visa fazer a outra pessoa sentir-se com medo ou inútil (e.g., humilhar na presença de outros; ameaçar os/as filhos/as);
- **violência social** – tentativa de controlo da vida social (e.g., impedir o contacto com familiares ou amigos; controlar as chamadas);
- **violência física** – qualquer forma de violência física que o/a agressor/a inflige à outra pessoa (e.g., esmurrar, pontapear, queimar; impedir que a outra pessoa obtenha medicação ou tratamentos);
- **violência sexual** – prática de atos sexuais não consentidos (e.g., forçar a prática de relações sexuais; tocar

no corpo da outra pessoa sem o seu consentimento);

- **violência financeira** – controlo do dinheiro da outra pessoa, sem que esta o deseje ou permita (e.g., controlar o salário; recusar dar dinheiro);
- **perseguição** – adoção de comportamentos que visam intimidar a outra pessoa (e.g., seguir a pessoa e controlar os seus movimentos).

Atualmente, a violência doméstica constitui um crime público, isto é, o procedimento criminal não está dependente da apresentação de uma queixa por parte da vítima. Deste modo, envolve a obrigatoriedade de denúncia por parte dos serviços que dele têm conhecimento, podendo qualquer pessoa denunciar a situação, inclusive de forma anónima.

### Quem são as vítimas?

Entre 2013 e 2017, de entre os mais de 36.000 processos de apoio a pessoas vítimas de violência doméstica iniciados ou acompanhados pela APAV, a grande maioria eram referentes a vítimas do sexo feminino (86%), embora se destaque também a dimen-

são de processos de apoio a vítimas de violência doméstica do sexo masculino (14%). Ainda assim, importa considerar a existência de algumas diferenças no que respeita à forma como esta violência é, geralmente, exercida: se, por um lado, a violência física e sexual, a coação e a perseguição são mais frequentemente utilizadas pelos homens, por outro lado, as mulheres recorrem, maioritariamente, a violência psicológica e económica, ameaças e intimidação.

### Qual o impacto?

Embora com variações, todas as vítimas se sentem perturbadas quando são alvo de um ato violento. A experiência de crime, nomeadamente de violência doméstica, afeta as pessoas de forma diferente, podendo despoletar diversas reações. Reações como o medo intenso de morrer, a impressão de estar a viver um pesadelo, o pânico e desorientação geral, o sentimento de solidão e o estado de choque, são comuns e normais nas vítimas de crime. Para além disso, as consequências posteriores podem, igualmente, ser

diversificadas, podendo ser de carácter físico (e.g., perda de energia, dores musculares e de cabeça, tensão arterial alta), psicológico (e.g., dificuldades de concentração e memória, desregulação dos padrões de sono, tristeza, desconfiança face aos outros, diminuição da autoconfiança) e/ou social (e.g., isolamento, solidão, medo de estar sozinho/a).

Importa destacar que a vítima não é, geralmente, a única pessoa afetada, podendo os seus familiares e amigos/as, bem como as testemunhas desta vitimação, sofrer as consequências.

### Que apoios estão disponíveis?

Em situações de emergência, deverá contactar o 112 (Número Europeu de Emergência) ou o 144 (LNES – Linha Nacional de Emergência Social), que desencadearão os meios mais adequados à situação relatada. Estas chamadas são gratuitas e estão disponíveis 24h/dia.

A apresentação de queixa pode ser efetuada junto de uma esquadra da Polícia de Segurança Pública, posto da Guarda Nacional Republicana ou diretamente

junto dos Serviços do Ministério Público. Deverá ser exigido o documento comprovativo da queixa ou denúncia efetuada.

A APAV disponibiliza apoio emocional, jurídico psicológico, social e prático a vítimas de crime, bem como aos seus familiares e amigos/as. Este apoio é gratuito e confidencial.

A vítima de violência doméstica tem direitos, independentemente da nacionalidade. Procurar ajuda é fundamental.

### GABINETE DE APOIO À VÍTIMA DE BRAGA

Rua de S. Victor, n.º 11 (Edifício Junta de Freguesia de São Victor)  
4710-439 Braga  
Tel. 253 610 091  
apav.braga@apav.pt  
Dias úteis: 10h00 – 13h00 / 14h00 – 18h00  
LINHA DE APOIO À VÍTIMA – 116 006 | Chamada gratuita | Dias úteis das 08h00 às 22h00

No âmbito das celebrações dos 30 anos, o CAV Braga publica um artigo de opinião por mês no *Diário do Minho* sobre as diversas áreas de atuação da APAV.



Reparação – e, até agora, 190 vítimas receberam, em média, 37 mil euros – o montante máximo fixado para cada vítima é de 60 mil euros.

Nos Estados Unidos da América, várias dioceses declararam falência por causa do dinheiro que tiveram de despende.

### Confusão semântica

O afastamento preventivo dos padres suspeitos de terem cometido abusos sexuais foi outro dos temas a propósito do qual os diferentes protagonistas da Igreja se enredaram em contradições. No dia 3, o presidente da CEP sustentara que competiria a cada bispo diocesano ver, “nome a nome” e “à luz do direito civil e do direito canónico, quais as medidas apropriadas a tomar” quanto aos padres suspeitos. E admitiu que estes pudessem ser afastados preventivamente, “se houver plausibilidade quanto ao perigo no contacto com outras pessoas e quanto à persistência de eventuais delitos”.

Mais tarde, o cardeal-patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente, pôs de parte a suspensão de alegados padres abusadores de menores sem que haja “factos comprovados, sujeitos a contraditório”, e um processo canónico feito pela Santa Sé.

“A suspensão é uma pena, como disse, muito grave, que só pode ser dada pela Santa Sé depois de um processo canónico (...), não é uma coisa que um bispo possa fazer por si”, sustentou. Logo de seguida, o bispo auxiliar de Braga, D. Nuno Almeida, publicou na sua página de Facebook um texto em que lembrava que os bispos não só têm esse poder nas mãos, mas são também aconselhados a usá-lo no próprio manual de instruções que o Vaticano divulgou em 2020 para ajudar os bispos e os superiores de institutos religiosos a lidar com este problema.

“É verdade que um nome não é suficiente para afastar um sacerdote, mas é claro para todos que há directivas objectivas do Papa Francisco que ditam que, quando um sacerdote é acusado e essa acusação é objectiva e tem fundamento forte, esse padre deve ser retirado automaticamente de funções”, concordou o padre Nuno Santos, reitor do Seminário Maior de Coimbra, em declarações ao PÚBLICO.

Na realidade, neste caso a confusão instalou-se porque D. Manuel Clemente ter-se-á referido, ainda que não o tenha explicitado, à suspensão enquanto pena. E esta, à luz do direito canónico, só pode ser determinada pela Santa Sé no corolário de um processo canónico. Mas a pergunta que lhe fizeram referia-se à suspensão preventiva, isto é, enquanto medida cautelar, e, conforme explicou ao PÚBLICO um canonista, dentro das medidas cautelares não se pode em rigor falar em suspensão, mas em “afastamento ou proibição de exercício do ministério”.

## Divisões no episcopado

# Indemnizações a vítimas de abusos? “No fim, vamos todos estar sincronizados”

**Américo Aguiar** Bispo auxiliar de Lisboa garante que Igreja afastará padres e pagará indemnizações pois não quer que “nenhuma vítima se sinta vítima outra vez”

### Hora da verdade

**Helena Pereira, e Susana Madureira Martins (Renascença)**  
Texto **Rui Gaudêncio** Fotografia

**E**m entrevista ao programa Hora da Verdade do PÚBLICO/Renascença, bispo Américo Aguiar diz que toda a Igreja é “herdeira de uma culpa”, no que diz respeito aos abusos sexuais contra menores, e garante uma resposta “exemplar”. A entrevista é emitida hoje na íntegra às 23 horas, na Renascença. **A Diocese de Lisboa não afasta, para já, cinco padres que estão no activo, que foram sinalizados pela comissão independente, pedindo mais dados. Porque é que não é já tomada uma medida preventiva?**

O patriarca entregou à comissão diocesana, na passada quinta-feira – dia em que eu deixei, aliás, de ser membro da comissão diocesana, porque uma das decisões da conferência episcopal foi a de que os eclesiásticos não fizessem parte das comissões –, a lista e esta solicitou de imediato à comissão independente de dados que pudessem dizer alguma coisa sobre estes sacerdotes. Depois de mais de um ano em que demos voz ao silêncio, agora é a fase da acção, da verdade e da justiça e nós temos que fazer tudo “by the book”.

Nos próximos dias, terminará este trabalho. Nos passos a dar está o afastamento do exercício público do ministério, como é óbvio. **As dioceses funcionam a diferentes velocidades?** São diferentes realidades. Não vou comentar nenhum bispo ou

nenhuma diocese. O mínimo que se deve fazer para não tomar decisões erradas, e no respeito pelas vítimas, é demorar mais um dia, mais uma semana, mais 15 dias. Quando ouço o Presidente da República e o presidente da Comissão Episcopal Portuguesa, compreendo os dois e não estou aqui a gaguejar sequer. Entendo que quem está fora deseje que as coisas sejam feitas o mais rapidamente possível. A partir do momento que a comissão diocesana esteja munida das informações mínimas necessárias, as decisões serão tomadas imediatamente.

**Algum dos 24 nomes coincide com casos que estavam nos arquivos?**

Alguns, sim. Alguns são casos conhecidos.

**E há leigos?**

Um, apenas. Identificámos um nome como um potencial agente pastoral.

**Não está preocupado com o facto de a resposta da Igreja ter contribuído para afastar ou alienar algumas pessoas?**

Acredito e aceito que aquilo de que estamos a falar afasta pessoas e aproxima outras. Algumas entendem que é um momento difícil e doloroso para as vítimas. Nada se compara com aquilo que é o sofrimento de uma pessoa que viveu uma situação destas. Temos de fazer tudo para evitar que volte a acontecer. É a tal “tolerância zero” de que o Papa Francisco nos fala. A “tolerância zero” ainda não está conquistada na nossa sociedade e nós [Igreja] temos muitíssimo para fazer.

**Acha insultuoso o pagamento de indemnização às vítimas, como dizia o cardeal patriarca**

### de Lisboa?

Compreendo o que o senhor patriarca disse. Nós temos conversado. Nos contactos com as vítimas que acolhemos em Lisboa, nunca nenhuma delas colocou até hoje na mesa qualquer desejo de indemnização. Qual a minha leitura daquilo que significa o *dossier* das indemnizações? Acho que Cristo quer que não abandonemos ninguém que tenha vivido uma situação destas e isso passa por a acompanhar e também passa por um gesto de indemnização que signifique algum conforto, algum paliativo naquilo que foi o horror da sua vivência. A dor não prescreve. O Papa Francisco disse-nos há dias que não basta pedir perdão. Temos que ir para além disso. Temos que ser capazes de acompanhar cada um. Se um sacerdote é condenado em razão de uma situação destas a uma pena e a uma indemnização e porventura não tem meios, não tenho dúvida nenhuma que a diocese imediatamente concreta o pagamento de indemnização à vítima sem pestanejar. Também o mesmo se ficava provado que a Igreja ocultou, transferiu, criou um contexto que facilitou o acontecimento.

**As pessoas, católicas ou não, ouvem o Papa Francisco e percebem que é claro que tem que haver essa indemnização...**

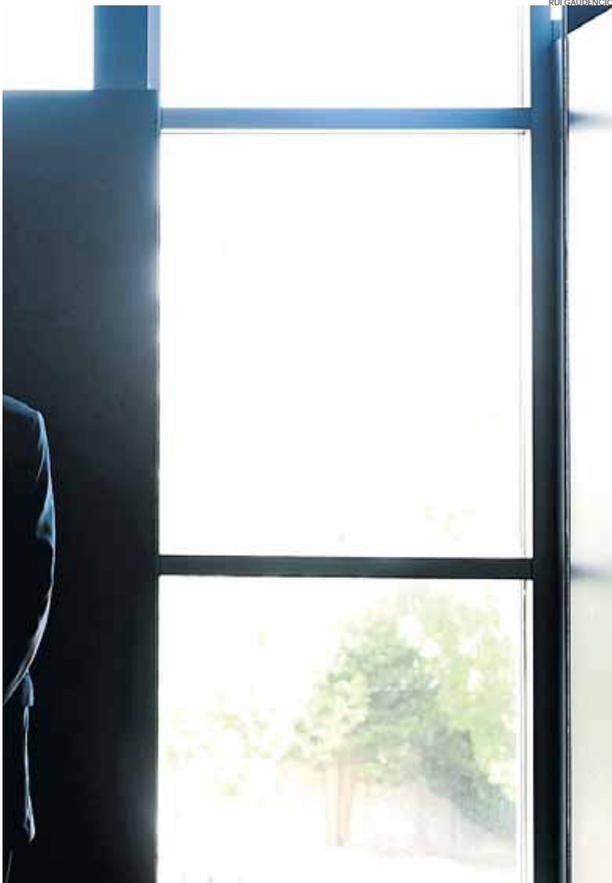
Para mim, também é claríssimo. ... e, ouvindo declarações de altos responsáveis da Igreja portuguesa, não percebem por que razão é que há dúvidas sequer...

Conhecendo os meus irmãos bispos, acredito profundamente que no fim vamos todos estar sincronizados em relação aos procedimentos, em relação às indemnizações e em relação ao acolhimento e acompanhamento de cada uma das vítimas.

**Neste momento, o passo está um bocadinho desacetado nos 21 dioceses?**

Dou-vos um exemplo daquilo que nós em Lisboa fizemos. Pedimos à APAV [Associação Portuguesa de Apoio à Vítima] que nos ajudasse. A APAV tem um programa específico chamado Programa Care, que existe desde 2016, mais focado para o abuso de menores. Pedimos-lhes que sejam a entidade que acompanhe as vítimas que venham fazer denúncias à comissão diocesana ou mesmo à APAV. Qualquer pessoa que faça uma denúncia, faça um





### de Évora falava em opiniões diferentes...

No final, vamos ter uma resposta linear. Peço que se respeitem os *timings* de cada realidade eclesial. Compreendo a pressão, mas peço que aceitem que nós temos que ter o tempo para fazer as coisas certas. Não está em causa não afastar do exercício público do ministério qualquer pessoa que esteja suspeita de ter abusado sexual de um menor ou de uma pessoa vulnerável. Não há dúvida absolutamente nenhuma que um sacerdote que tenha sido denunciado, e sobre o qual nós tenhamos os dados mínimos, seja afastado do exercício do ministério. Não há dúvidas quanto a isso. Todos farão, e o Porto fará. **Em Portugal, estamos a assistir a um processo de fricção entre os bispos mais conservadores e os mais progressistas?** Não ousou fazer classificações dos meus irmãos bispos, a não ser esta etária.

**Mas essa divisão não existe?** Existe na nossa casa, na nossa família, no nosso grupo de amigos e existe em todas as realidades da sociedade.

**Pelo que conhece da Igreja portuguesa, é mais conservadora?**

Não sei, nunca fiz a contagem. Depende, às vezes, do assunto. Agora posso aceitar que há pronunciamentos que podem ser entendidos como mais progressistas ou mais conservadores. Nós temos que ser pastores e pastores significa amar, cuidar, defender e acompanhar estes homens e estas mulheres que viveram um horror indescritível na sua vida. E nós somos herdeiros de uma culpa. Eu não tenho culpa directa, mas sou herdeiro duma culpa. Assumo essa culpa, assumo o sofrimento e assumo essa vergonha. Mas quero fazer tudo e farei tudo para que ninguém se sinta uma vítima outra vez. Temos que evitar que estas vítimas porventura se sintam vítimas outra vez. Quando eu vejo discussões sobre se paga, se não paga, se faz, se não se faz, acho que estamos a torná-las vítimas de novo. A Igreja tem que ser farol, tem que ser timoneira, tem que ser exemplar. E todas estas nuvens, todos estes nevoeiros, todas estas hesitações, tudo isto tem que ser rapidamente ultrapassado.

**O senhor onde se coloca?** Eu sou o homem que está sempre no meio da ponte.

**Tem conhecimento de alguma ameaça, algum tipo de recomendação aos sacerdotes para que tenham cuidado na sequência de toda esta polémica?**

Não tenho nenhuma informação, absolutamente.

## Jornada Mundial da Juventude

# Memorial: “Não sei se é a forma mais feliz de materializar o *mea culpa*”

**A**mérico Aguiar é também o responsável pela Jornada Mundial da Juventude (JM), que vai trazer a Lisboa em Agosto o Papa Francisco e mais de um milhão de jovens. **Vamos à Jornada Mundial da Juventude. Acha mesmo necessário um memorial às vítimas? Não será uma hipocrisia, depois da polémica sobre os custos?**

As pessoas que fizeram testemunhos manifestaram que devia existir qualquer coisa visível, material, que pudesse ter algum significado. A mim, confesso que...

**...acha que é uma hipocrisia?** Não sei se hipocrisia é a palavra certa, mas, desde o início, [a proposta de memorial] não me fez clique.

**A ideia causa-lhe algum desconforto?**

Sim, sim. Principalmente para as vítimas. Não sei se é a forma mais feliz de materializar o respeito, o *mea culpa* e a “tolerância zero”. Não sei se é a forma mais feliz de o fazer, principalmente quando, nestas coisas, passa o dia, passa a romaria e passado algum tempo alguém já não sabe o que é aquilo. Não sei se é a expressão mais positiva daquilo que possamos e devemos fazer. Peço desculpa, mas eu tenho um fraquinho pela APAV e tenho um fraquinho pelo programa Care. Preferia que a Igreja financiasse permanentemente coisas destas.

**O memorial vai em frente de qualquer forma ou não?**

Não sei. Vamos ver como é que vai evoluir, como é que se vai concretizar.

**Aqui há umas semanas, dizia que o orçamento da Igreja era de 80 milhões. Esse número mantém-se?**

Estamos a fechar o orçamento e pedimos ajuda a quem sabe “economês” e comunicação para nos ajudar a apresentar o orçamento de uma maneira entendível por todos, naquilo que é gasto, naquilo que é investimento, naquilo que é retorno, naquilo que é injeção na economia.

**Mas a minha dúvida é: onde é que a Igreja vai buscar este dinheiro? Tem de fazer empréstimos? Ou tem o dinheiro num cofre?**

Se tivéssemos esse dinheiro no cofre, era mau, significava que

andávamos a amealhar e não a gastar no que devíamos.

**Será necessário então recorrer à banca?**

Estamos a trabalhar com duas fontes de receita. Uma são aquilo que os jovens confiam à organização, porque assim a alimentação é paga pelos jovens e, portanto, apenas entregam à organização o valor necessário para a alimentação e, portanto, os 30 milhões de euros que nós falamos vêm dos jovens. Quem diz a alimentação, diz o seguro e o transporte. Há outra fonte de receita que é o apoio dos benfeitores e dos doadores. Até à data, ultrapassámos os cinco milhões de euros.

**Não é pouco?**

Sou a cara de quem anda a pedir e tenho levado muitas “negas”, de grandes empresas, de grandes grupos.

**Os casos dos abusos sexuais têm dificultado essa angariação?**

Acredito que possa fragilizar uma ou outra, mas muitos desses contactos até são anteriores à situação e, portanto, acredito que não.

**Se for preciso, em vez de pedir dinheiro à banca, pode pedir ao Estado mais algum dinheiro?**

Absolutamente, não.

**Conta que o Papa Francisco fale com as vítimas de abusos quando vier para a JM?**

Não tenho dúvida absolutamente nenhuma de que um dos itens da sua agenda privada contará com essa prioridade. Como é que se vai concretizar isso? Não sei. Não tenho dúvida nenhuma de que nas prioridades da agenda que o Papa vai ter durante a sua presença em Lisboa, uma delas, se não for a primeira, será essa [a questão dos abusos sexuais contra menores].

**A questão dos abusos vem atingindo o cardeal patriarca de Lisboa. Houve notícias, em 2022, de que terá ocultado uma denúncia. Tem visto vontade no cardeal patriarca em resignar ainda antes do Verão?**

O que eu tenho testemunhado diariamente junto do cardeal patriarca é toda a disponibilidade, empenho e entrega na “tolerância zero” e na transparência total. Nesse Verão de 2022, o cardeal patriarca sofreu muitíssimo com a leitura, que é errada, de um contexto que não corresponde à verdade.

testemunho vivo, pode ir à APAV, ter o acompanhamento psicológico e a responsabilidade material é do patriarcado. Outra parte do protocolo prevê um trabalho de formação e prevenção junto dos agentes pastorais, das paróquias, das comunidades para que todos estejam atentos àquilo que possam ser sinais da parte de potenciais vítimas.

**O que é que vai acontecer às pessoas, aos responsáveis, que ocultaram e que transferiram padres?**

Se isso aconteceu, e acredito que possa ter acontecido naquilo que é o historial até dos outros países, essas situações têm que ter consequências.

**Que consequências são essas? Se for um bispo, haverá abertura de um processo pela Santa Sé a essa pessoa?**

Obrigatoriamente.

**Tem conhecimento de bispos em funções que possam ter colaborado em encobrimentos?**

Se tivesse conhecimento tinha a obrigação moral de o dizer. Não tenho.

**A percepção que existe de facto é que há divisões dentro da própria Igreja sobre como lidar com este assunto. O arcebispo**



**[Bispos a encobrir abusos] têm que ter consequências**

**Um sacerdote que tenha sido denunciado, sobre o qual tenhamos dados mínimos, será afastado do exercício. Todos farão, e o Porto fará**

## Américo Aguiar sobre memorial a vítimas de abusos: "Nunca me fez clique"

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	14/03/2023
Meio:	Público Online	Autores:	Helena Pereira

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=eb937450>

Bispo Américo Aguiar, responsável pela Jornada Mundial da Juventude, diz que memorial às vítimas de abusos sexuais no Parque Tejo "não é a forma mais feliz".

Bispo Américo Aguiar é também o responsável pela Jornada Mundial da Juventude (JMJ), que vai trazer a Lisboa em Agosto o Papa Francisco e mais de um milhão de jovens. Entrevista ao programa Hora da Verdade do PÚBLICO/Renascença é emitida esta quarta-feira na íntegra às 23 horas, na Renascença.

Vamos à Jornada Mundial da Juventude. Acha mesmo necessário um memorial às vítimas? Não será uma hipocrisia, depois da polémica sobre os custos, falar-se agora de mais uma obra?

Eu tenho uma leitura muito pessoal daquilo que é a questão do memorial, que nasceu de uma recomendação, já há algum tempo, da comissão independente. As pessoas que fizeram testemunhos manifestaram que devia existir qualquer coisa visível, material, que pudesse ter algum significado. A mim, confesso que...

... acha que é uma hipocrisia?

Não sei se hipocrisia é a palavra certa, mas, desde o início, [a proposta de memorial] não me fez "clique".

A ideia causa-lhe algum desconforto?

Sim, sim. Principalmente para as vítimas. Não sei se é a forma mais feliz de materializar o respeito, o mea culpa e a "tolerância zero". Não sei se é a forma mais feliz de o fazer, principalmente quando, nestas coisas, passa o dia, passa a romaria e passado algum tempo alguém já não sabe o que é aquilo. Não sei se é a expressão mais positiva daquilo que possamos e devemos fazer. Peço desculpa, mas eu tenho um fraquinho pela APAV e tenho um fraquinho pelo programa Care. Preferia que a Igreja financiasse permanentemente coisas destas.

O memorial vai em frente de qualquer forma ou não?

Isso foi uma recomendação do dia 3 de Março, do encontro plenário da CEP onde eu não estive. Pelo que entendi, a inauguração seria no contexto da Jornada Mundial da Juventude e depois a peça iria para outro local, onde ficaria. Não sei. Vamos ver como é que vai evoluir, como é que se vai concretizar. Mas, colocando-me no papel das vítimas, mais monumento, menos monumento, não é qualquer coisa que me respeite. Ou, pelo contrário, até pode ser qualquer coisa que me cause algum desrespeito e eu preferiria qualquer coisa mais mensurável, qualquer coisa mais positiva, mais prática naquilo que seja uma luta total para que a "tolerância zero" aconteça.

Nesta altura, já não se devia conhecer o Plano de Mobilidade da JMJ? O Governo prometeu apresentar esse plano até ao final de Março...

Todas estas áreas estão a ser trabalhadas com muito cuidado, com muita dedicação, com muita entrega da parte de todos. Da parte do Governo, as coisas estão a ser feitas. Acredito que quem está do lado de fora e não tem informação tenha uma percepção de atraso e de pressão. Mas as coisas

estão a ser feitas nos seus timings.

Aqui há umas semanas, dizia que o orçamento da Igreja era de 80 milhões. Esse número mantém-se? Estamos a fechar o orçamento e pedimos ajuda a quem sabe "economês" e comunicação para nos ajudar a apresentar o orçamento de uma maneira entendível por todos, naquilo que é gasto, naquilo que é investimento, naquilo que é retorno, naquilo que é injeção na economia.

Mas a minha dúvida é: onde é que a Igreja vai buscar este dinheiro? Tem de fazer empréstimos? Ou tem o dinheiro num cofre?

Se tivéssemos esse dinheiro no cofre, era mau, significava que andávamos a amealhar e não a gastar no que devíamos. A Igreja não deve desviar um cêntimo do apoio aos pobres e ao apoio sociocaritativo para a JMJ. Uma coisa são os pobres e as pessoas que precisam de ajuda e esse dinheiro é sagrado, não deve ser desviado seja lá para o que for.

Será necessário então recorrer à banca?

Estamos a trabalhar com duas fontes de receita. Uma são aquilo que os jovens confiam à organização, porque assim a alimentação é paga pelos jovens e, portanto, apenas entregam à organização o valor necessário para a alimentação e, portanto, os 30 milhões de euros que nós falamos vêm dos jovens. Quem diz a alimentação, diz o seguro e o transporte. Há outra fonte de receita que é o apoio dos benfeitores e dos doadores. Até à data, ultrapassámos os cinco milhões de euros.

Não é pouco?

Sou a cara de quem anda a pedir e tenho levado muitas "negas", de grandes empresas, de grandes grupos.

Os casos dos abusos sexuais têm dificultado essa angariação?

Acredito que possa fragilizar uma ou outra, mas muitos desses contactos até são anteriores à situação e, portanto, acredito que não.

Se for preciso, em vez de pedir dinheiro à banca, pode pedir ao Estado mais algum dinheiro?

Absolutamente, não.

Conta que o Papa Francisco fale com as vítimas de abusos quando vier para a JMJ?

Não tenho dúvida absolutamente nenhuma de que um dos itens da sua agenda privada contará com essa prioridade. Como é que se vai concretizar isso? Não sei. Não tenho dúvida nenhuma de que nas prioridades da agenda que o Papa vai ter durante a sua presença em Lisboa, uma delas, se não for a primeira, será essa [a questão dos abusos sexuais contra menores].

A questão dos abusos vem atingindo o cardeal patriarca de Lisboa. Houve notícias, em 2022, de que terá ocultado uma denúncia. D. Manuel Clemente foi ao Vaticano, consta que terá pedido a resignação antes mesmo de atingir a idade. Tem visto vontade no cardeal patriarca em resignar ainda antes do Verão?

O que eu tenho testemunhado diariamente junto do cardeal patriarca é toda a disponibilidade, empenho e entrega na "tolerância zero" e na transparência total. Nesse Verão de 2022, o cardeal patriarca sofreu muitíssimo com a leitura, que é errada, de um contexto que não corresponde à verdade. Se me dissessem que eu encobri, que eu facilitei, que eu conscientemente fui parte de um crime horrível como este, é óbvio que eu me desmanchava todo.

E confirma-se que terá pedido a resignação ao Papa?

Numa conversa entre os dois, só eles é que sabem.

Acha que o D. Manuel Clemente tem condições anímicas para representar a diocese na JMJ?

Todo o trabalho que é feito de preparação e de vivência da Jornada Mundial Juventude está nos ombros de, actualmente, mais de 600 jovens. Temos 527.000 que já manifestaram desejos de

inscrição na primeira fase. Temos 188 países já representados. A questão do bispo de Lisboa não digo que não aquece nem arrefece, mas o senhor patriarca até sexta-feira passada correspondia a tudo aquilo que era necessário fazer.

A corrida à sucessão do D. Manuel já começou? Vê movimentações na Igreja? Qual é o perfil para assumir este lugar que muitas vezes é confundido com o de chefe da Igreja Católica em Portugal? Exactamente. São 21 dioceses, cada uma é autónoma. São heranças de um tempo passado em que alguns cardeais eram mais veementemente chefes, chefes da causa. Compreendo a vossa curiosidade e essa linguagem desportiva/política-partidária da corrida, das primárias. As coisas não são assim, não são assim...

Não há política dentro da Igreja?

Política há, partidária é que não. A polis está presente em tudo. Ninguém é não-político. O que sei é que, quando um bispo faz 75 anos, faz a cartinha e espera que o Santo Padre o substitua. O Santo Padre dá instruções ao núncio apostólico para sondar, para perguntar, para fazer uma leitura daquilo que é a realidade da diocese e vai fazendo sondagens e vai fazendo auscultações e, a certa altura, manda para Roma a famosa "terna", uma lista com três nomes.

A "terna" já está feita para Lisboa?

A única pessoa que sabe disso chama-se núncio apostólico.

E o bispo auxiliar de Lisboa pode fazer parte dessa "terna"?

Pode fazer parte dessa, pode fazer parte de muitas, como pode fazer parte de nenhuma.

Se for chamado, também não recusará?

Em qualquer circunstância, devo ouvir o que me está a ser dito, e agir em conformidade.

Helena Pereira

## INICIATIVA LIBERAL LEMBRA TRABALHO DESENVOLVIDO PELA APAV

**VISITA** No dia Internacional da Mulher, que se assinalou na quarta-feira, o Núcleo Territorial de Braga da Iniciativa Liberal, representado pela sua coordenadora Olga Baptista e Sofia Carvalho Araújo, realizou uma visita à APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

A iniciativa visou assinalar a data, «uma vez que as mulheres são a grande maioria do número de visitas». «Conhecemos a equipa assim como as suas exíguas instalações que, apesar de mínimas, não põem em causa o incansável e meritório trabalho desenvolvido por todos os técnicos e colaboradores», referiu o partido, em comunicado.

Ficou igualmente agendado e prometida a realização de uma nova visita às instalações da APAV num futuro próximo. «A Iniciativa Liberal é e continuará a ser um partido atento a todas as causas sociais e, em especial, à problemática de qualquer tipo de violência exercida a qualquer tipo de vítima, pode ler-se.



**Protocolo entre o Patriarcado de Lisboa e a Associação Portuguesa de Apoio à vítima**

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=d59fd6ae-7617-462d-ae30-248d1c26e176&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

Está concluído o protocolo entre o Patriarcado de Lisboa e a Associação Portuguesa de Apoio à vítima, a iniciativa anunciada por Dom Américo Aguiar, bispo auxiliar de Lisboa prevê sessões de formação para prevenção de abusos.

Declarações de José Souto Moura, juiz jubilado.



**Protocolo APAV - Patriarcado de Lisboa**

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=76b34e1b-c016-410e-99b9-488173a037d6&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

Protocolo APAV - Patriarcado de Lisboa - Análise com José Manuel Brissos Lino, especialista em Psicologia da religião.



**Protocolo APAV - Patriarcado de Lisboa**

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=527f0679-b565-40c4-942d-5ee6ded929c5&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

A APAV chegou a acordo com o Patriarcado de Lisboa para prestar assistência às vítimas dos abusos sexuais na Igreja Católica.

Repetições: SIC Notícias - Edição da Tarde , 2023-03-10 15:59

## Abusos sexuais: lista de 24 suspeitos, entre os quais cinco padres no ativo, entregue ao Patriarcado de Lisboa, que não os suspende para já

Tipo Meio: Internet Data Publicação: 10/03/2023  
Meio: Expresso Online Autores: André Manuel Correia

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=a04558e9>

A lista com 24 nomes foi enviada pela Comissão Independente ao cardeal-patriarca de Lisboa, Manuel Clemente. Patriarcado de Lisboa diz que precisa de mais informações para suspender os sacerdotes no ativo

A Comissão de Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis do Patriarcado de Lisboa informa, em comunicado, que recebeu uma lista de 24 suspeitos de abusos sexuais. Destes, cinco são sacerdotes no ativo e não vão ser afastados pela Igreja do exercício das suas funções.

Da lista enviada pela Comissão Independente ao cardeal-patriarca de Lisboa, Manuel Clemente, constam oito padres já falecidos, dois sacerdotes "doentes e retirados", três "sem qualquer nomeação", cinco ainda no ativo, quatro nomes "são desconhecidos", um refere-se a um "leigo" e outro a um padre que "abandonou o sacerdócio", pode ler-se na nota enviada esta sexta-feira à comunicação social.

O Patriarcado de Lisboa pede mais informações à Comissão Independente, antes de avançar com eventuais medidas suspensivas. "Esta Comissão Diocesana solicitou de imediato, à Comissão Independente, os dados respeitantes à lista nominal, de forma a tornar possível a entrega ao Cardeal-Patriarca das recomendações que lhe permitam fundamentar a proibição do exercício público do ministério dos sacerdotes no ativo e assunção das devidas responsabilidades no apoio e respeito pela dignidade das vítimas", refere o comunicado.

"A Comissão Diocesana aguarda com carácter de urgência a resposta da Comissão Independente", acrescenta.

O Patriarcado de Lisboa acrescenta que, assinado o protocolo de colaboração com a APAV, "prossegue a sua determinação em erradicar o drama dos abusos contra menores e adultos vulneráveis, não só na área da prevenção, mas também no apoio que desejamos prestar a todas as vítimas, que permanecem no centro de todas as prioridades do trabalho desenvolvido por esta Comissão Diocesana".

Entretanto, e cumprindo as determinações saídas da última Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), os membros do clero que integravam a Comissão do Patriarcado foram substituídos por leigos, cabendo agora a coordenação interina ao antigo procurador-geral da República Souto Moura.

Souto Moura é o presidente da Equipa de Coordenação Nacional das Comissões Diocesanas de Proteção de Menores.

A Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais na Igreja Católica validou 512 testemunhos, apontando, por extrapolação, para pelo menos 4.815 vítimas. Vinte e cinco casos foram enviados ao Ministério Público, que abriu 15 inquéritos, dos quais nove foram arquivados.

Os testemunhos referem-se a casos ocorridos entre 1950 e 2022, o espaço temporal abrangido pelo trabalho da comissão.

No relatório, divulgado em fevereiro, a comissão alertou que os dados recolhidos nos arquivos eclesiais sobre a incidência dos abusos sexuais "devem ser entendidos como a 'ponta do iceberg'" deste fenómeno.

Há 20 minutos Há uma hora 12:02 11:59 Há uma hora 12:56 11:56 11:41

André Manuel Correia

# IGREJA

## AFASTA PADRES SUSPEITOS DE ABUSOS

Vitor Rainho

vitor.rainho@nascerdosol.pt

Felícia Cabrita

felicia.cabrita@nascerdosol.pt

Para acabar com as dúvidas, a Igreja quer ir ao encontro das reclamações dos católicos e vai afastar temporariamente todos os padres suspeitos. Mas não será tarefa fácil, devido ao 'imbróglio' das listas, com padres que já morreram e outros que não se sabe quem são.

**J**á não restam dúvidas: todos os bispos das 21 dioceses irão afastar provisoriamente os padres que constam da lista entregue pela Comissão Independente para o estudo de abusos sexuais contra crianças na Igreja Católica, mas há um senão: é preciso descobrir quem são, já que alguns casos está a ser muito difícil fazer corresponder a queixa ao abusador. Seja padre, catequista ou chefe dos escuteiros. «40% dos nomes que constam da lista dizem respeito a sacerdotes já falecidos. Outros reportam-se a casos já julgados e ainda os que estão a decorrer na Justiça. Sobre os casos recentes, os que já foram identificados, ou que estamos a tentar identificar, serão suspensos provisoriamente enquanto não chegar ao fim a investigação», confessou ao *Nascer do SOL* um dos bispos de uma das dioceses.

Mas, por absurdo, se algum responsável por uma diocese decidisse em contrário, não teria grandes hipóteses, pois seria chamado ao Vaticano, à semelhança do que aconteceu, em 2018, com os bispos chilenos que tentaram encobrir casos de pedofilia na Igreja do país de Salvador Allende.

### A trapalhada da conferência de imprensa e as confusões

No final da semana passada, a Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) deu uma conferência de imprensa, depois de ter estado reunida com a comissão independente, e provocou descontentamento e desânimo em grupos de católicos, e na população em geral, pois não assumiu que iria afastar os padres suspeitos, além de não ter admitido indemnizar as vítimas, apesar de ter garantido que pagaria todas as despesas com psicólogos ou psiquiatras. A confusão aumentou dias depois, quando o cardeal-pa-

triarca de Lisboa, D. Manuel Clemente, bem como o bispo de Beja, D. João Marcos, se referiram à impossibilidade de suspender os padres suspeitos de abusos sexuais, e admitir, perdoar aqueles que se tenham arrependido e feito penitência, respetivamente.

Rapidamente os dois foram 'desmentidos' pelos seus pares, nomeadamente pelo arcebispo de Évora e pelo bispo auxiliar de Braga, entre outros. Recorde-se que três padres que constavam da lista já foram afastados, dois dos Açores e um de Évora.

Entretanto, a arquidiocese de Braga anuncia hoje a suspensão de pelo menos um sacerdote e a proibição de um outro de celebrar missa sequência do relatório liderado pelo comissão liderada por Pedro Streh. Estes dois casos foram revelados pelo *Nascer do SOL* em setembro do ano passado e têm na sua origem denúncias feitas por vítimas das dioceses de Guimarães e Famalicão.



A Conferência Episcopal Portuguesa ficou debaixo de fogo devido ao que foi dito em Fátima

No caso de Famalicão, trata-se de Fernando Sousa e Silva, ex-cônego de Joane, que, durante décadas, terá abusado de dezenas de crianças no confessional. Estes abusos estão a ser denunciados, pelo menos, desde 2003, mas D. Jorge Ortiga, que foi arcebispo de Braga entre 1999 e 2021, ignorou os alertas.

Apenas em 2019, perante uma nova denúncia e tendo já em vigor as novas orientações do Papa Francisco, o caso foi julgado em tribunal eclesiástico e chegou ao Vaticano, tendo o cônego sido proibido de ministrar missa e fazer confissões. Contudo, continuou como padre na diocese de Braga.

O pedido de desculpas chegou recentemente, depois de uma investigação do *Nascer do SOL* ter sido publicada em setembro do ano passado e o atual arcebispo de Braga – D. José Cordeiro – se ter deslocado à aldeia para pedir perdão às vítimas.

O segundo sacerdote é de Guimarães. Ainda está no ativo. A denúncia foi reportada por Olga (nome fictício), em 2019, à arquidiocese de Braga, reiterando recentemente à Comissão Independente abusos sexuais referentes aos seus filhos menores.

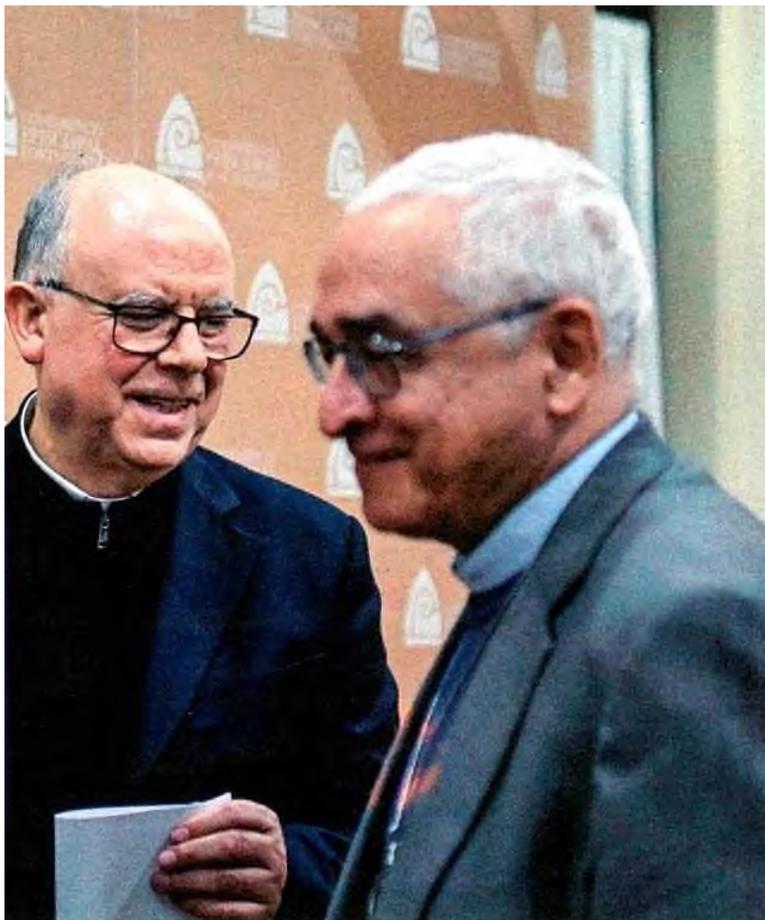
Mas, como já tinha acontecido anteriormente com o cônego Fer-

nando, o arcebispo nada fez. Apenas três anos depois, a dias de ser substituído por D. José Cordeiro, chamou a denunciante para lhe fazer um pedido: caso fosse questionada que dissesse que este sempre a tinha apoiado.

### O pecado de D. Manuel Clemente

Qual foi o pecado de D. Manuel Clemente? Não ter feito a distinção entre suspensão e medidas cautelares. No primeiro caso, só o Vaticano pode decidir suspender sacerdotes, depois de abrir um inquérito, mas os bispos portugueses têm a possibilidade de aplicar medidas cautelares, que passam pelo afastamento provisório de funções dos párocos suspeitos. Cansado e a debater-se com problemas de saúde, D. Manuel Clemente já fez saber aos mais próximos que está com vontade de abdicar, mesmo antes da Jornada Mundial da Juventude. «Está cansado de tanta confusão depois de ter lutado tanto contra os abusos na Igreja», diz ao *Nascer do SOL* fonte próxima do cardeal-patriarca.

Já o bispo de Beja, que não há muito tempo sofreu um AVC, segundo fontes eclesiásticas, «sofre de alguns problemas de memó-



ria e também está perto da aposentação».

Quanto às trapalhadas da conferência de imprensa da CEF, muitos atribuem as falhas de D. José Ornelas, à confusão das listas, já que não tiveram tempo para as trabalhar. «Há muitos dados que não são claros. Cada diocese recebeu a sua lista, atendendo à lei da proteção de dados. Depois era preciso relacionar esses nomes com os documentos que cada diocese tem. Só que aqui surge logo um problema: há dioceses que não correspondem aos distritos geográficos do país», explica fonte da CEF.

Já um bispo ouvido pelo *Nascer do SOL* vai mais longe. «As dio-

ceses pequenas puderam olhar para a lista e fazer rapidamente o seu trabalho, mas o mesmo não se pode aplicar àquelas que têm mais nomes da lista. Teria sido simples dizer que se iam suspender todos os padres da lista, mesmo que não soubessem quem são. E esse foi outro dos erros, pois não se explicou bem a situação».

O bispo em questão dá mais exemplos: «A comissão teve um trabalho para depurar de todos os depoimentos qualquer elemento de identificação pessoal. Há casos em que dizem o padre que ia à paróquia às vezes (quer dizer que não era pároco mas sacerdotes que lá iam

ajudar); ou o chefe dos escuteiros. Por isso é que precisávamos de ir para casa trabalhar para cotejarmos esses nomes com informações que já tínhamos. Que é o que se faz quando uma pessoa não se identifica. Por lei se o denunciante não tem nome não há caso. E o crime muitas vezes não está nada claro. Porque se a pessoa se identifica é fácil ir atrás deles para dar mais detalhes. Porque dizer só que padre se portou mal com os filhos não chega. 'Sou a mãe deste menino e o padre ou o chefe dos escuteiros portou-se mal. E depois o que se faz quando uma pessoa não se identifica?' Não é que o depoimento anónimo não seja válido, a Igreja pode continuar a investigar e perceber se há ou houve outras denúncias em relação àquele padre. Desde que haja razoabilidade pode-se suspender».

E qual vai ser o futuro da Igreja em relação à suspeição de abusos sexuais? «Em relação a todos os casos que surjam no futuro o entendimento é enviar para o Ministério Público, que tem meios para investigar para que não fique qualquer dúvida em relação à Igreja», acrescenta a mesma fonte.

Entretanto, segundo a *Ecclesia*, «a comissão de proteção de menores e adultos vulneráveis do Patriarcado de Lisboa e a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) ultimaram um protocolo para a prevenção de casos de abusos sexuais na Igreja. 'O protocolo tem uma área de atendimento, por parte da APAV, ligada à Grande Lisboa, com postos de apoio em Lisboa, Oeiras, Cascais, Odivelas e Cadaval. Não se limita ao acolhimento, acompanhamento e eventual tratamento para quem precisar, mas estão pensadas sessões de formação para a prevenção', disse hoje José Souto Moura, membro da comissão do Patriarcado, em declarações à Agência *ECCLESIA* e *Rádio Renascença*. Esse trabalho preventivo vai envolver a APAV, as vigararias (conjunto de paróquias) e IPSS do território da equipa de Coordenação Nacional das Comissões Diocesanas de Proteção de Menores, presidida por José Souto Moura», e não deverá incluir sacerdotes, para que os 'queixosos' se sintam mais à vontade.

## AR quer saber o que se passa

Nas próximas semanas, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias irá ouvir, a pedido do Chega, do PS e do PSD, o presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, D. José Ornelas, o cardeal-patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente, a Comissão Independente para o Estudo de Abusos Sexuais contra Crianças na Igreja Católica, o Corpo Nacional de Escutas, e a ministra da Justiça, entre outros, para debater os abusos sexuais na Igreja portuguesa.



## O amanhã da Igreja Católica!

Depois da Comissão Independente ter apresentado o seu chocante relatório de mais de 4815 crianças vítimas de abuso por parte de membros da Igreja Católica, agora vê-se par a par com a inércia, falta de ação e uma reação de falta de respeito por parte da mesma. A igreja toma agora uma posição de não se posicionar para lado nenhum, a não ser talvez para se defender a si mesma. Sobre medidas concretas a abusadores, D. José Ornelas lembra que a lista de padres suspeitos da comissão independente de Pedro Strecht foi entregue às dioceses. **«É uma lista de nomes. Sem outra caracterização. Torna-se difícil a investigação. Exige redobrados esforços».** Primeiro **«tem que se saber quem são os padres depois logo se verá se são afastados da Igreja».** E acrescentou: **«Nós não estamos no fim de um processo. Esta reunião de hoje com a comissão independente foi limitada no tempo. Recebemos e dialogámos com a comissão independente».**

Lembrou que esta não foi uma comissão de investigação mas de estudo. **«É preciso outros elementos que não estão nesta lista».** Estes dados **«não foram de investigação criminal mas de estudo».** Citando o *Expresso*.

Ora, afinal, segundo o bispo Ornelas isto afinal foi tudo uma investigação de **«estudo»**, qual investigação criminal, qual quê, qual apoio para as vítimas. Elas afinal foram mesmo ter com esta comissão para desabafar passados anos e anos, para nada acontecer e os padres abusadores continuarem no ativo. Qual responsabilização? Qual pena? Qual indemnização? Qual apoio psicológico? Quais anos de cadeia? Se a pedofilia existir na Igreja católica será que não é crime? A pedofilia só é considerada se for em outros setores da sociedade! Jamais poderá atingir a Igreja. Eu já não me considero chocada. Apenas completamente solidária com as



**FRANCISCA DE MAGALHÃES BARROS**  
PINTORA

vítimas. E espero que o Governo e a Justiça tomem medidas.

Já não estamos no século dezanove. Segundo o *Expresso*: **«Para Carla Ferreira, 'não ficou claro' por parte da Igreja se vai haver uma continuidade**



**A pedofilia só é considerada se for em outros setores da sociedade! Jamais poderá atingir a Igreja!**

de da comissão independente e como esta 'tolerância zero se operacionaliza', uma vez que simultaneamente a CEP diz que só se afastam clérigos denunciados se o relato for credível'».

«Para a APAV, a palavra das vítimas costuma ser ela própria auto explicativa», disse, considerando importante um esclarecimento sobre esta questão do afastamento dos padres.

Tal como disse, não estou chocada, apenas e como já disse depois do ontem, viria sempre o amanhã. Um chocante e desasossegado amanhã!

## Abusos na Igreja. APAV defende afastamento de suspeitos em todas as dioceses

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 10/03/2023

Meio: RTP Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=bb78f8c4>

Carla Ferreira, da APAV, Associação de Apoio à Vítima, considera que os padres suspeitos devem ser afastados de forma preventiva em todas as dioceses e que a atuação deve ser uniforme.

"Não podemos ter vítimas de primeira e vítimas de segunda", argumenta, acrescentando que a "tolerância zero" para estes casos deve ser universal.

A responsável acredita que as diferenças na resposta aos casos de abusos podem demover outras vítimas que ainda não tenham partilhado a sua história.

Para que outras vítimas possam denunciar novos casos, devem sentir que são ouvidas e acolhidas, realça.

A responsável da APAV adianta ainda que a reação da Igreja aos casos que chegaram à Comissão Independente já está a causar danos nas vítimas que denunciaram os abusos sexuais.

Carla Ferreira mencionou ainda o protocolo assinado na quinta-feira entre a APAV e o Patriarcado de Lisboa com o objetivo de apostar na prevenção e na formação de quem trabalha de perto com crianças e jovens, ajudando a identificar potenciais situações de abuso.

RTP

## APAV defende afastamento preventivo "transversal" às várias dioceses

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 10/03/2023

Meio: RTP Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=9e1927ed>

Carla Ferreira, da APAV, Associação de Apoio à Vítima, considera que os padres suspeitos devem ser afastados de forma preventiva em todas as dioceses e que a atuação deve ser uniforme.

"Não podemos ter vítimas de primeira e vítimas de segunda", argumenta, acrescentando que a "tolerância zero" para estes casos deve ser universal.

A responsável acredita que as diferenças na resposta aos casos de abusos podem demover outras vítimas que ainda não tenham partilhado a sua história.

Para que outras vítimas possam denunciar novos casos, devem sentir que são ouvidas e acolhidas, realça.

A responsável da APAV adianta ainda que a reação da Igreja aos casos que chegaram à Comissão Independente já está a causar danos nas vítimas que denunciaram os abusos sexuais.

Carla Ferreira mencionou ainda o protocolo assinado na quinta-feira entre a APAV e o Patriarcado de Lisboa com o objetivo de apostar na prevenção e na formação de quem trabalha de perto com crianças e jovens, ajudando a identificar potenciais situações de abuso.

RTP



**Abusos sexuais na Igreja - Análise**

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=8feca7de-9847-41fe-9b6a-8b653bab5a5c&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

Abusos sexuais na Igreja em análise.  
Entrevista a Carla Ferreira, criminólogo e gestora técnica da APAV.

## Abusos. Comissão do Patriarcado de Lisboa e APAV colaboram na prevenção

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 09/03/2023

Meio: Notícias ao Minuto Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=a5302039>

A Comissão de Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis do Patriarcado de Lisboa estabeleceu um protocolo com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), para a prevenção de casos de abusos sexuais na Igreja, foi, esta quinta-feira, anunciado.

José Souto Moura, que integra aquela comissão, além de presidir à Equipa de Coordenação das Comissões Diocesanas de Proteção de Menores disse hoje, em declarações à agência Ecclesia e à Rádio Renascença, que o protocolo "não se limita ao acolhimento, acompanhamento e eventual tratamento para quem precisar, mas estão pensadas sessões de formação para a prevenção".

"O protocolo tem uma área de atendimento, por parte da APAV, ligada à Grande Lisboa, com postos de apoio em Lisboa, Oeiras, Cascais, Odivelas e Cadaval", acrescentou.

Segundo o ex-procurador-geral da República, o trabalho preventivo vai envolver a APAV, as vigararias e instituições particulares de solidariedade social.

Souto Moura adiantou que a Equipa de Coordenação Nacional está a preparar a criação de uma bolsa de psicólogos e psiquiatras que possam "acompanhar e acolher" as vítimas.

Em fevereiro, a Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais na Igreja Católica -- liderada pelo pedopsiquiatra Pedro Strecht -- anunciou a validação de 512 testemunhos de alegados casos de abuso, apontando, por extrapolação, para pelo menos 4.815 vítimas. Vinte e cinco casos foram enviados ao Ministério Público, que abriu 15 inquéritos, dos quais nove foram arquivados.

Os testemunhos referem-se a casos ocorridos entre 1950 e 2022, o espaço temporal abrangido pelo trabalho da comissão.

No relatório, aquela comissão alertou que os dados recolhidos nos arquivos eclesiásticos sobre a incidência dos abusos sexuais "devem ser entendidos como a 'ponta do iceberg'" deste fenómeno.

A comissão entregou na semana passada aos bispos diocesanos listas de alegados abusadores, alguns ainda no ativo.

Na quarta-feira, a diocese de Angra, nos Açores, e a arquidiocese de Évora, anunciaram a suspensão cautelar de três sacerdotes, enquanto decorrem investigações sobre alegados casos de abuso por eles praticados.

Lusa



## Destaque Abuso sexual de menores

# “Todos os bispos têm de actuar assim”, apela arcebispo de Évora ao afastar padre

**Francisco Senra Coelho** Arcebispo foi o primeiro a tomar medida cautelar. Assume que Igreja falhou em mostrar “empatia” e que entre os bispos “há opiniões diferentes”, mas frisa que a prioridade é agir e “renovar confiança na Igreja”

### Hora da Verdade

**Helena Pereira e Susana Madureira Martins (Renascença)**

**A**rcebispo de Évora, Francisco Senra Coelho, quer trazer “racionalidade” à discussão sobre os abusos sexuais depois de ter corrido mal a conferência de imprensa da Conferência Episcopal. **A Conferência Episcopal, na sexta-feira passada, passou a mensagem certa às vítimas dos abusos sexuais na Igreja?** O termómetro mais fiel é o público a quem se dirige uma conferência de imprensa. Da parte dos bispos havia o desejo absoluto e todo o interesse que a mensagem fosse recebida com empatia, com sentido de resposta, como uma forma de a sociedade compreender a nossa preocupação real. Mas assim não foi... A mensagem não passou ou pela maneira de comunicar ou pela própria formulação de conteúdos. É evidente que não correu bem. **Foi uma oportunidade perdida para a Igreja?**

A Igreja está centrada neste momento não em si, mas nas crianças, nas vítimas, nas pessoas vulneráveis. O que nos preocupa é como contribuir para a resolução do problema e como fazer a nossa parte enquanto instituição. Na minha análise, há muita emotividade, quer do lado dos bispos, quando receberam os nomes e se sentiram muito limitados para poderem fazer alguma coisa, quer do lado dos jornalistas que estão a fazer um trabalho de defesa de valores. Eu, como bispo da Igreja, estou preocupado que nos encontremos, porque nós estamos muito mais desencontrados do que pensávamos.

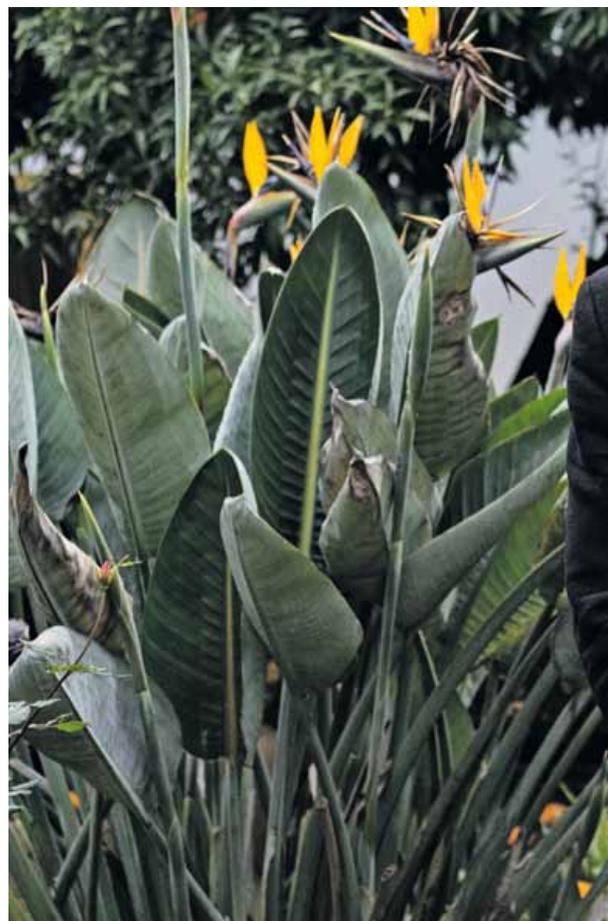
**Mais perdidos?** Não, estamos desencontrados. Não direi perdidos. A Igreja sabe o que quer com muita clareza e aquilo que quer coincide com os ideais da população. O que nós estamos a ter é dificuldade de comunicação, de fazer encontro. Não estamos em campos diferentes, estamos na defesa da vítima em absoluto. **Tudo o que ouvimos na conferência da imprensa da CEP não transmitiu nada a ideia do**

**que está a dizer agora. Por que razão? Há divisões entre os bispos?**

Não há divisões, há opiniões diferentes. Os bispos estão unidos no essencial, no objectivo final aonde queremos chegar que é a segurança, o respeito e encontrarmos Cristo nos mais pequeninos. Mas, nesse caminho, poderá haver opiniões para chegarmos lá de modo diferente. **Por exemplo, a questão da suspensão dos padres. D. Manuel Clemente disse que não se podia suspender padres. Qual é sua opinião?**

Não sei se D. Manuel Clemente disse que não se pode suspender padres no sentido que está a entender. Eu falo da minha experiência. Évora recebeu dois nomes [de abusadores]. O primeiro nome é de uma pessoa que faleceu há vários anos. No outro caso, escrevi à Comissão Independente, que imediatamente me deu os pormenores da questão. Como medida cautelar, o padre foi afastado do ofício de pároco. Não se usa o termo suspensão. É afastado e

Fizemos um estudo prévio para



### “Maioria do episcopado” é favorável a padres casados

**Deve-se rever a idade mínima para ser ordenado padre, que agora está nos 24 anos?**

É um aspecto a ter em conta, sem dúvida. Mas queria lembrar um conjunto de coisas muito simples. A primeira de todas é que esse seminário de meninos fechados já não existe. Não estão numa redoma ou numa bolha. Neste momento, um candidato ao presbiterado tem um ano propedêutico, que é o ano 0, seis anos de Filosofia e Teologia e um ano de estágio. Portanto, não é fácil ter-se 24 anos nessa altura.

Mas não deixa de ser necessário reflectir sobre a formação dos seminários, nomeadamente o apoio psicológico, a dimensão do acompanhamento.

**Acompanhamento psicológico e formação nessa área?**

Sim e a sua inserção nas

comunidades, porque as comunidades têm um sexto sentido. Tem que se estar inserido nas comunidades paroquiais. Não pode de facto haver um ambiente que, de estufa, já não há, mas ainda tem que haver menos.

**Não faz sentido uma reflexão sobre o fim do celibato dos padres?**

Esse é um assunto efectivamente em constante debate, há dezenas de anos. Mas não o ligo a este assunto. Há imensa pedofilia de pessoas que não são celibatárias, até, infelizmente, às vezes no âmbito da família. Portanto, não podemos fazer uma ligação entre o celibato e a questão da pedofilia, mas penso que é um assunto absolutamente plausível que a Igreja um dia venha a ordenar homens casados. Ou seja, no meu entendimento, não é um tema descabido. Quem conhece



MARIA COSTAL/CISION/REASSERVENÇA

OS

2000 anos de história da Igreja... Não é o caminho para mim mais evidente, até pela experiência das igrejas orientais, que partilham connosco as suas dificuldades. Aquilo que poderia acontecer com muita possibilidade de êxito é pessoas bem integradas, casadas, com famílias bem estruturadas, felizes, com uma dinâmica de doação de vida, fazê-lo como presbíteros, como já acontece com os diáconos permanentes. Esse caminho não me repugna absolutamente nada.

**E a CEP aceitará?**

Nunca fiz, evidentemente, nenhum inquérito aos meus colegas, mas olhe que eu não sou um bispo que destooe na Conferência Episcopal por uma abertura exagerada e diferente deles.

**Não se sente isolado?**

Não. Este tema não repugna à maioria dos meus irmãos no episcopado.

verificarmos coisas tão elementares como informar o padre, ouvirmos aquilo que ele tem a dizer, procurar testemunhas. A seguir, esse trabalho foi enviado à Santa Sé. Demora um mês e meio, dois meses e temos a resposta, que é a sentença que aplicamos à pessoa. Por exemplo, uma suspensão, que é a redução ao estado de laical.

**O padre ficará afastado durante quanto tempo?**

Até que venha a resposta de Roma. Mas quando vier a decisão de Roma eu vou também comunicar ao Ministério Público. Apesar de não ter uma obrigação restrita, porque passam 40 anos sobre o facto. Mas eu vou comunicar por uma questão de fidelidade às orientações e sugestões do Papa Francisco, que aconselha sempre que, como uma questão moral nunca prescreve, a Igreja informe o poder civil.

**Essa regra que adoptou é a regra adoptada pela CEP e por todos os bispos?**

Não lhe posso garantir isso. Não estou a verificar cada bispo. O que eu adoptei é tão-somente a orientação do direito canónico para toda a Igreja.

**Mas na reunião da CEP isso ficou**



**Não há divisões [entre os bispos], há opiniões diferentes**

**Não estamos em campos diferentes, estamos na defesa da vítima em absoluto**

**Se [o Presidente da República] apontar o dedo à Igreja é para que a Igreja acorde**

**acertado?**

É um assunto que nem se põe. É uma lei geral que antecede tudo. Todos nós sabemos que é assim. Na maturação deste processo, todos os bispos, ao receberem os dados da comissão e ao verificarem que há problemas de pedofilia, têm de actuar assim.

**E acha que a CEP tem que vir tomar uma nova posição pública para explicar melhor a mensagem que não soube passar?**

Sei que está a ser preparado um esclarecimento. Estão a ser pedidos dados às dioceses e nós estamos a enviar dados. Portanto, isto faz pressupor que a Conferência Episcopal está a trabalhar no sentido de esclarecer mais e melhor.

**Em relação aos encobrimentos que ao longo de décadas foram acontecendo, como é que a Igreja lida com isso neste momento?**

Volto a dizer que temos que ser muito racionais. A pedofilia nunca foi uma coisa vista como normal, nem natural e muito menos virtuosa. Mas o modo de o resolver era o silêncio, era o esconder para que não se criasse, digamos, uma espécie de onda. Portanto, nunca se foi pela linha da divulgação.

**Neste momento, a situação mudou...**

Totalmente. A partir da evolução da consciência social, não tenho nenhuma explicação para o encobrimento, senão lamentar profundamente.

**Daniel Sampaio chegou a dizer que havia bispos que teriam sabido e teriam encoberto situações e que se ele fosse um desses bispos abandonaria funções...**

Essa posição não diverge muito da do Papa Francisco.

**Havendo bispos que saibam de casos destes, devem abandonar funções?**

Eu não direi isso. Isso é um assunto entre o bispo e a Santa Sé. Ele próprio pode tomar essa atitude. Conhecendo os meus irmãos bispos, não percebo essa atitude de encobrimento. O que posso antever são colegas meus que estão fazendo caminho na investigação.

**Em relação às vítimas e às indemnizações, qual é a sua posição, uma vez que isso também não parece ser consensual?**

Vamos voltar outra vez à questão da racionalidade. Em Portugal, cada um de nós é responsável pelos seus actos e por isso cada um de nós responde por aquilo que faz e responde perante a Justiça. Se de facto o responsável pelo acto foi aquele padre determinado, não podemos excluir duas coisas. Primeiro, que pode haver responsabilidade da Igreja como uma instituição. Imaginemos que

falhou na formação, que esse senhor já era reincidente. Imaginemos que a situação do sacerdote era uma situação doentia, de tal modo que não teria possibilidade de ser pároco e foi nomeado. Então a Igreja terá também as suas responsabilidades e terá que indemnizar no contexto da legislação portuguesa. Mas há um segundo ponto. A Igreja é mãe. Se há uma vítima que precisa de ajuda, de apoio para consultas, para tratamentos, eu não aceito de maneira nenhuma uma insensibilidade da Igreja. Não me reduzo a discursos espirituais para a pessoa.

**Defende que continue a haver uma comissão independente à semelhança da que foi criada?**

Gostava de vos dizer uma coisa importante. Vamos dar início dia 3 a um trabalho na Arquidiocese de Évora, que será um projecto de segurança elaborado por peritos, com procedimentos, com formação, sobre como paróquias, catequeses, movimentos, congregações devem actuar. Será um guia de procedimentos com que a Arquidiocese de Évora se vai comprometer. Mais do que o pensamento e reflexão, estava-se à espera de acções. A posição que eu procuro na Arquidiocese de Évora e que estou em contacto com os meus bispos do Sul é exactamente nesta linha: dizer à sociedade portuguesa que vamos renovar essa confiança.

**Teme que a Jornada Mundial da Juventude fique penalizada com esta questão dos abusos sexuais?**

Tenho medo de dizer o que penso, porque aquilo que eu penso é o seguinte: Portugal é plural, Portugal tem muitos pontos de vista e graças a Deus que é um país democrático e é um país plural. Há pessoas que estão a fazer trabalho em consciência plena, pela defesa das crianças. E haverá talvez também sectores, que põem mais acento no combate à Igreja do que na defesa das vítimas.

**Fazer-se um memorial às vítimas na JMJ não pode ser visto como um insulto? Mais uma despesa?**

É um trabalho *pro bono* enquanto criação. Fazê-lo vai ser da responsabilidade da Igreja e não será do erário público.

**E como é que tem visto a reacção do poder político, nomeadamente do Presidente?**

Espero que ajude a Igreja a cumprir o seu dever, que exija à Igreja que cumpra a sua missão e que apoie os portugueses neste momento de dor. **Ele tem apontado o dedo à Igreja...**

Pronto. Há portugueses que apontam o dedo à Igreja. Muitos, não é? Ele é o Presidente de todos. E se ele apontar o dedo à Igreja para que a Igreja acorde, que seja um despertador e cresça mais ainda na sua resposta.



## Destaque Abuso sexual de menores

### Parlamento

# Deputados criam grupo de trabalho para mudar lei sobre abusos sexuais de menores

Ana Bacelar Begonha e Maria Lopes

**Partidos apresentaram propostas para alargar o prazo de prescrição de crimes de abusos sexuais contra menores**

O Parlamento vai constituir um grupo de trabalho para avaliar as alterações necessárias à legislação sobre abusos sexuais contra menores. A proposta, subscrita por sete dos oito partidos com assento parlamentar e que deixa de fora o Chega, vai ser votada na Comissão de Assuntos Constitucionais na próxima semana, mas deverá hoje servir como arma de arremesso no debate sobre o mesmo tema marcado pelo partido de André Ventura.

Ao PÚBLICO, o líder parlamentar do PS confirmou que os socialistas vão chumbar os cinco projectos de lei do Chega e deverão viabilizar os do Bloco e da IL, que prevêem que o crime não prescreva até que a vítima perça, respectivamente, 30 ou 40 anos de idade. O Chega propõe, entre outras medidas, que a prescrição não ocorra antes dos 30 anos da vítima e de terem passado 15 anos da prática do crime.

No requerimento de constituição do grupo de trabalho, a que o PÚBLICO teve acesso, os partidos propõem

realizar audições, analisar as recomendações de mudanças à lei feitas pela comissão independente e avançar com os trabalhos na especialidade de iniciativas aprovadas na generalidade sobre o tema.

Para as forças políticas, o relatório da comissão “merece análise mais detida”, sobretudo, no “quadro de uma possível intervenção legislativa a desencadear e/ou tramitar em sede parlamentar” que, garantem, será “centrada na ponderação das necessidades das vítimas e nos seus direitos”.

As audições deverão ser realizadas às organizações mencionadas no relatório, tanto aquelas que trabalham na

## Socialistas vão chumbar todos os cinco projectos de lei do Chega, partido que agendou debate sobre abuso sexual de menores



Deputados querem avaliar mudanças à legislação

### Próximas semanas

## AR vai ouvir Igreja, Governo, comissão e associações

Maria Lopes

É uma longa lista e pretende passar a pente fino a questão dos abusos sexuais contra crianças na Igreja Católica, aquela que a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias aprovou ontem de manhã, por unanimidade, para ouvir nas próximas semanas.

Os requerimentos do Chega, do PS e do PSD foram aprovados por unanimidade e levarão à Assembleia da República (AR) a Comissão Independente para o Estudo de Abusos Sexuais contra Crianças na Igreja Católica (a pedido dos três partidos); o presidente da Conferência Episco-

pal Portuguesa, D. José Ornelas (por proposta do Chega e do PSD); a ministra da Justiça (Chega e PSD), para explicar a legislação em preparação sobre o assunto; a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção das Crianças e Jovens (PS e PSD).

Da lista consta ainda o cardeal-patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente, para, com D. José Ornelas, “dar a perspectiva da Igreja Católica sobre a anunciada mudança de paradigma nesta matéria”, requeria o Chega.

Os socialistas pediram também a audição da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e da Quebrar o Silêncio sobre as “especificidades da vitimização das crianças vítimas de abusos sexuais, sobre as suas necessida-

des e os direitos que devem ter assegurados”. E acrescentaram também o Corpo Nacional de Escutas. O requerimento do PSD inclui ainda o Instituto de Apoio à Criança.

O objectivo dos partidos é ouvir as conclusões do relatório, preparar as alterações necessárias para que a lei proteja melhor as crianças e perceber o que pode a investigação ainda fazer para punir os agressores.



D. José Ornelas, presidente da CEP, será uma das individualidades da Igreja chamadas a depor

promoção dos direitos das vítimas, como as “instituições no seio das quais há registo das práticas” analisadas pela comissão, e, ainda, “junto das áreas governativas relevantes”.

Segundo a bancada parlamentar do PS, este grupo de trabalho incidirá sobre a revisão dos prazos de prescrição e contará com o envolvimento do Governo. O executivo já tinha admitido num comunicado de 3 de Março, após uma reunião com a comissão independente, “dar continuidade ao procedimento legislativo já em curso com vista à introdução de um novo critério para início da contagem do prazo prescricional no âmbito dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de crianças”.

### Alargar prazo de prescrição

As propostas dos partidos surgem depois de a comissão independente para o estudo de abusos sexuais contra crianças na Igreja Católica ter recomendado, a 13 de Fevereiro, que se alargue a idade da vítima para efeitos de prescrição destes crimes dos 23 para os 30 anos, no âmbito da divulgação do relatório que elaborou.

Além dos crimes de abusos sexuais, ou seja, “contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores”, os projectos incidem sobre o crime de mutilação genital feminina, visto que o código penal estabelece actualmente que “o procedimento criminal não se extingue, por efeito da prescrição, antes de o ofendido perfazer 23 anos”, isto para ambos os crimes.

O deputado Bruno Nunes (Chega) alegou que, perante um relatório tão grave da comissão, a AR “não se pode escusar a ouvir, tomar posicionamento e legislar para o futuro”. Cláudia Cruz Santos (PS) salientou a “pluralidade de abordagens, a transversalidade, a relevância dos testemunhos [das vítimas] e das recomendações” do extenso relatório da comissão. Já Paula Cardoso (PSD) considerou o relatório um “murro no estômago” que “convoca todos para uma profunda reflexão sobre a realidade silenciada dos abusos sexuais vividos em instituições”. Joana Mortágua (BE) subscreeu a necessidade de “ouvir todas as partes” e considerou “chocante” a reacção da Igreja.

### Medida preventiva

## Três padres afastados nos Açores e em Évora

Patrícia Carvalho

Três padres, dois nos Açores e um em Évora, foram afastados do exercício de funções, preventivamente, por terem sido identificados em denúncias feitas à Comissão Independente para o Estudo dos Abusos de Menores na Igreja, que no seu relatório divulgado em Fevereiro indicou que, no mínimo, 4815 menores foram vítimas em Portugal desde 1950.

Em comunicado, a diocese de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, nos Açores, indicou ontem que a comissão recebeu denúncias relativas a oito alegados casos de abuso, que terão sido praticados entre 1973 e 2004. Quatro das pessoas apontadas como abusadores “já faleceram”, e há outras duas que “não foram considerados relevantes” pela própria comissão. Mas o bispo D. Armando Esteves decidiu afastar preventivamente os restantes dois sacerdotes cujos nomes constam da lista entregue à Comissão Episcopal Portuguesa (CEP).

A diocese indica que o bispo “já falou com ambos e, em conjunto, acordaram que os sacerdotes em causa ficarão impedidos do exercício público do ministério até ao final do processo de investigação prévia”. A participação dos factos seguirá para o Ministério Público (MP).

Esta decisão “não é uma assunção da culpa dos próprios nem uma condenação por parte do bispo”, frisa a diocese. “Trata-se de seguir aquilo que o Papa Francisco tem recomendado como norma e prática da Igreja em matéria de abusos”. Uma afirmação que vai contra o que defendeu o cardeal-patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente, ao afirmar que só a Santa Sé pode suspender um padre suspeito (o que já fora desmentido).

Ontem, segundo a agência católica Ecclesia, também o arcebispo de Évora, D. Francisco Senra Coelho, anunciou o “afastamento cautelar” de um padre visado nas denúncias apresentadas à comissão. Numa nota da arquidiocese, esta clarifica que “pediu à Comissão Diocesana de Protecção e Segurança de Menores e Pessoas Vulneráveis para dar início à investigação prévia que seguirá depois para o Dicastério da Doutrina da Fé, em Roma”, e “para o MP”.

A comissão presidida por Pedro Strecht tinha identificado dois sacerdotes como eventuais autores de abusos, na área da arquidiocese de Évora, mas o outro já morreu.

## Diocese de Lisboa anuncia sexta-feira medidas a aplicar a padres suspeitos

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 09/03/2023

Meio: Público Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=9019b76f>

O bispo auxiliar de Lisboa explicou que a comissão diocesana irá propor ao cardeal patriarca as medidas a aplicar a cada um dos nomes que contam da lista que recebeu da comissão independente.

A Diocese de Lisboa vai reunir-se esta quinta-feira e deverá anunciar amanhã uma decisão sobre as denúncias de abusos sexuais na igreja identificadas pela Comissão Independente, disse hoje o bispo auxiliar de Lisboa, Américo Aguiar.

"Hoje vamos ter a reunião da Comissão Diocesana (...) para propor ao senhor patriarca as medidas que acha que devem ser aplicadas", afirmou aos jornalistas à margem de uma iniciativa, em Lisboa.

No que diz respeito a Lisboa, a lista é esta quinta-feira entregue à Comissão Diocesana e nos próximos dias este organismo vai recomendar ao cardeal patriarca o que deve fazer em relação a cada uma das pessoas que constam no documento, precisou o bispo.

"Isso significa que se a comissão disser que as pessoas A, B e C devem ser afastadas do exercício público do ministério, elas serão", acrescentou.

Questionado pelos jornalistas sobre a suspensão preventiva de sacerdotes, o prelado explicou que os documentos oficiais do Vaticano dizem que não deve ser usada a expressão "suspensão", porque implica uma pena e um processo, mas que na prática, para entendimento do cidadão comum, é o que acontece.

### Protocolo com a APAV

Foi ainda anunciado que a Comissão de Protecção de Menores e Adultos Vulneráveis do Patriarcado de Lisboa estabeleceu um protocolo com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) para a prevenção de casos de abusos sexuais na Igreja.

José Souto Moura, que integra aquela comissão, além de presidir à Equipa de Coordenação das Comissões Diocesanas de Protecção de Menores disse esta quinta-feira, em declarações à agência Ecclesia e à Rádio Renascença, que o protocolo "não se limita ao acolhimento, acompanhamento e eventual tratamento para quem precisar, mas estão pensadas sessões de formação para a prevenção".

"O protocolo tem uma área de atendimento, por parte da APAV, ligada à Grande Lisboa, com postos de apoio em Lisboa, Oeiras, Cascais, Odivelas e Cadaval", acrescentou.

Segundo o ex-procurador-geral da República, o trabalho preventivo vai envolver a APAV, as vigararias e instituições particulares de solidariedade social.

Souto Moura adiantou que a Equipa de Coordenação Nacional está a preparar a criação de uma bolsa de psicólogos e psiquiatras que possam "acompanhar e acolher" as vítimas.

Lusa

**Abusos sexuais na Igreja - AR quer ouvir várias personalidades e entidades responsáveis nesta matéria**

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=055c590c-6da0-4662-89bd-b18137129cc5&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

Não se sabe ainda quando é que as audições vão acontecer. A Comissão Independente que estudou os abusos sexuais na Igreja Católica, o presidente da Conferência Episcopal Portuguesa e também a ministra da Justiça vão ser ouvidos no Parlamento.

Declarações de Cláudia Santos, PS; Paula Cardoso, PSD; Bruno Nunes, Chega.

**Abusos sexuais na Igreja - AR quer ouvir várias personalidades e entidades responsáveis nesta matéria**

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=ea354ec5-c5bf-4e05-8990-ec5f3d55d058&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

A Comissão Independente que estudou os abusos sexuais na Igreja, o presidente da Conferência Episcopal Portuguesa e também a ministra da Justiça vão ser ouvidos no Parlamento. A decisão foi tomada na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais.

Repetições: TSF - Notícias , 2023-03-08 14:07

## **Abusos na Igreja: Aprovadas audições a D. José Ornelas, D. Manuel Clemente, Comissão Independente e ministra da Justiça**

**Tipo Meio:** Internet **Data Publicação:** 08/03/2023  
**Meio:** Expresso Online **Autores:** Liliana Coelho

**URL:** <http://www.pt.cision.com/s/?l=5fc7b0c8>

Requerimentos do PS, do PSD e do Chega foram aprovados por unanimidade na comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Representantes da Comissão Independente para o Estudo de Abusos Sexuais contra Crianças na Igreja Católica, a ministra da Justiça, o presidente da Conferência Episcopal e o Cardeal-Patriarca de Lisboa vão ser ouvidos no Parlamento, após a divulgação do relatório final que aponta a existência de pelo menos 4815 vítimas em sete décadas. Os requerimentos do PS, do PSD e do Chega foram aprovados esta quarta-feira por unanimidade na comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Se os três partidos pediram para ouvir representantes da Comissão Independente, o PSD e o Chega requereram também a presença da ministra da Justiça, enquanto o partido de André Ventura solicitou também ainda uma audição ao presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, D. José Ornelas, e do Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente, com vista a prestarem esclarecimentos no âmbito do relatório e darem sobretudo a "perspetiva da Igreja Católica sobre a anunciada mudança de paradigma nesta matéria".

Membros da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPCJR) e da Associação Quebrar o Silêncio estarão ainda presentes para uma audição sobre as "especificidades da vitimização das crianças vítimas de abusos sexuais" e as "suas necessidades e os direitos que devem ter assegurados", na sequência do requerimento apresentado pelo PS.

Também representantes do Instituto de Apoio à Criança (IAC) serão ouvidos na Assembleia da República (AR), após a aprovação do requerimento entregue pela bancada social-democrata. "O relatório convoca-nos a todos, em especial aos decisores políticos, para uma profunda e aturada reflexão sobre a realidade silenciada dos abusos sexuais vividos em instituições que acolhem crianças ou que têm crianças à sua guarda", justificaram os sociais-democratas no documento.

A audição à ministra da Justiça, Catarina Sarmento e Castro, também foi pedida pelo PSD e o Chega, "tendo em conta que a própria afirmou que o Governo estará a preparar, na sequência do recomendado pela Comissão Independente, alterações em matéria de contagem dos prazos de prescrição".

A Comissão Independente, liderada por Pedro Strecht, validou 512 dos 564 testemunhos relativos a abusos sofridos nos últimos 72 anos, e concluiu por extrapolação a existência de pelo menos 4815 vítimas. No total, dos 25 casos enviados ao Ministério Público, foram instaurados 15 inquéritos, mas a maioria (nove) foram arquivados.

Recorde-se que na sexta-feira, D. José Ornelas rejeitou o afastamento dos padres suspeitos de abusos sexuais e a atribuição de indemnizações pela Igreja às vítimas, o que originou críticas por parte de

todos os partidos.

Há 20 minutos Há uma hora 09:02 08:33 Há uma hora 09:57 09:46 09:05

Liliana Coelho

## Abusos na Igreja: aprovadas audições aos bispos Ornelas e Clemente, Comissão Independente e ministra da Justiça

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	08/03/2023
Meio:	Expresso Online	Autores:	Liliana Coelho

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=82df2d6c>

Requerimentos do PS, do PSD e do Chega foram aprovados por unanimidade na comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Representantes da Comissão Independente para o Estudo de Abusos Sexuais contra Crianças na Igreja Católica, a ministra da Justiça, o presidente da Conferência Episcopal e o Cardeal-Patriarca de Lisboa vão ser ouvidos no Parlamento, após a divulgação do relatório final que aponta a existência de pelo menos 4815 vítimas em sete décadas. Os requerimentos do PS, do PSD e do Chega foram aprovados esta quarta-feira por unanimidade na comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Se os três partidos pediram para ouvir representantes da Comissão Independente, o PSD e o Chega requereram também a presença da ministra da Justiça, enquanto o partido de André Ventura solicitou ainda uma audição ao presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, D. José Ornelas, e ao Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente, com vista a prestarem esclarecimentos no âmbito do relatório e darem sobretudo a "perspetiva da Igreja Católica sobre a anunciada mudança de paradigma nesta matéria". O PS acrescentou depois também ao requerimento o pedido de audição do presidente da Conferência Episcopal Portuguesa.

Membros da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPCJR) e da Associação Quebrar o Silêncio estarão ainda presentes para uma audição sobre as "especificidades da vitimização das crianças vítimas de abusos sexuais" e as "suas necessidades e os direitos que devem ter assegurados", na sequência do requerimento apresentado pelo PS.

Também representantes do Instituto de Apoio à Criança (IAC) serão ouvidos na Assembleia da República (AR), após a aprovação do requerimento entregue pela bancada social-democrata. "O relatório convoca-nos a todos, em especial aos decisores políticos, para uma profunda e aturada reflexão sobre a realidade silenciada dos abusos sexuais vividos em instituições que acolhem crianças ou que têm crianças à sua guarda", justificaram os sociais-democratas no documento.

A audição à ministra da Justiça, Catarina Sarmento e Castro, também foi pedida pelo PSD e o Chega, "tendo em conta que a própria afirmou que o Governo estará a preparar, na sequência do recomendado pela Comissão Independente, alterações em matéria de contagem dos prazos de prescrição".

A Comissão Independente, liderada por Pedro Strecht, validou 512 dos 564 testemunhos relativos a abusos sofridos nos últimos 72 anos, e concluiu por extrapolação a existência de pelo menos 4815 vítimas. No total, dos 25 casos enviados ao Ministério Público, foram instaurados 15 inquéritos, mas a maioria (nove) foram arquivados.

Recorde-se que na sexta-feira, D. José Ornelas rejeitou o afastamento dos padres suspeitos de abusos

sexuais e a atribuição de indenizações pela Igreja às vítimas, o que originou críticas por parte de todos os partidos.

Há 46 minutos10:4609:4608:20Há 2 minutosHá 4 minutosHá uma hora09:57

Liliana Coelho

## Gabinetes de Apoio ajudaram 1.619 vítimas de violência doméstica em 2022

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 08/03/2023

Meio: Notícias ao Minuto Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=a5b39936>

Os Gabinetes de Apoio à Vítima (GAV) realizaram mais de 9.500 atendimentos em 2022 e apoiaram 1.619 vítimas de violência doméstica, informou hoje o Ministério da Justiça, anunciando dois novos gabinetes em Aveiro e Porto-este.

O Ministério da Justiça (MJ) anunciou hoje, no Dia Internacional da Mulher, a criação destes dois novos gabinetes para vítimas de violência doméstica, que vão juntar-se aos seis já existentes, a funcionar junto dos Departamentos de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Braga, Coimbra, Lisboa-oeste, Lisboa-norte, Lisboa e Faro, criados no âmbito do Protocolo Geral celebrado entre o Ministério da Justiça e a Procuradoria-Geral da República (PGR), em 2019.

Segundo um comunicado do MJ, a expansão deste serviço, fruto da cooperação entre a área governativa da Justiça, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e a Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV), "vai permitir aumentar a resposta de proximidade às vítimas deste fenómeno endémico".

Os protocolos, entre o Estado e as Organizações Não Governamentais (ONG) foram assinados hoje no Ministério da Justiça, em Lisboa, com a presença da Ministra Catarina Sarmento e Castro.

"O crescimento da rede dos GAV vem contribuir para consolidar uma política articulada de apoio às vítimas, com impacto ao nível dos diferentes eixos de intervenção relacionados com os fenómenos criminais violentos. O objetivo do Governo é assegurar a cobertura integral do território pela Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica", refere a nota.

Face a este fenómeno crescente, o Ministério Público (MP) publicou hoje um manual de boas práticas que pretende evitar interpretações diferentes sobre o que consubstancia o crime de violência doméstica e assim contrariar as taxas de arquivamento e absolvição.

Hoje também, a ministra da Justiça, Ana Catarina Mendes, disse que o plano nacional para a igualdade deverá ser aprovado "nos próximos dias", assegurando também que a atribuição do subsídio de desemprego às vitimas de violência doméstica é uma prioridade do Governo.

Segundo dados da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), o número de casos de violência doméstica com penas sujeitas a vigilância eletrónica subiu quase 10%.

Lusa

## Aprovada audição de Comissão e Conferência Episcopal sobre abusos sexuais

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 08/03/2023

Meio: Notícias ao Minuto Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=634ebcf>

O parlamento aprovou hoje por unanimidade a audição da Comissão Independente para o estudo de abusos sexuais de menores na Igreja, do presidente da Conferência Episcopal Portuguesa e da ministra da Justiça, entre outras entidades.

Os requerimentos apresentados por PS, PSD e Chega foram aprovados por unanimidade - com votos dos partidos presentes PS, PSD, Chega e BE -, na comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Os três partidos requeriam a audição da Comissão Independente para o Estudo de Abusos Sexuais contra Crianças na Igreja Católica, para a ouvir sobre as conclusões do relatório.

Por proposta do PS, foram também aprovadas a audição da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens e a Associação 'Quebrar o Silêncio', sobre as "especificidades da vitimização das crianças vítimas de abusos sexuais, sobre as suas necessidades e os direitos que devem ter assegurados".

Ao requerimento inicial, o PS acrescentou o pedido de audição da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) e do Corpo Nacional de Escutas.

A comissão parlamentar aprovou ainda uma proposta do PSD para ouvir, além da comissão independente, o Instituto de Apoio à Criança (IAC), a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e ainda a ministra da Justiça, Catarina Sarmento e Castro, sobre as recomendações deixadas pela comissão independente, "algumas das quais cuja concretização carece de intervenção legislativa".

Também o Chega apresentou um requerimento para ouvir não só a comissão independente mas a ministra da Justiça e ainda o presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, José Ornelas, do cardeal-patriarca de Lisboa, Manuel Clemente, para "darem a perspetiva da Igreja Católica sobre a anunciada mudança de paradigma nesta matéria".

A Comissão Independente para o estudo dos abusos sexuais de crianças na Igreja Católica validou 512 testemunhos, apontando, por extrapolação, para pelo menos 4.815 vítimas. Vinte e cinco casos foram enviados ao Ministério Público, que abriu 15 inquéritos, dos quais nove foram arquivados.

A comissão entregou à Conferência Episcopal Portuguesa uma lista de alegados abusadores, alguns no ativo, tendo esta remetido para as dioceses a decisão de afastamento de padres suspeitos de abusos e rejeitado atribuir indemnizações às vítimas.

No domingo, o cardeal-patriarca de Lisboa, Manuel Clemente, afastou a suspensão de alegados padres abusadores de menores sem que haja "factos comprovados, sujeitos a contraditório" e um processo canónico feito pela Santa Sé.

O psiquiatra Daniel Sampaio negou na segunda-feira que a Igreja tenha recebido uma lista com os

nomes dos padres abusadores sem ter mais informações sobre os casos denunciados, descrevendo a postura dos bispos como um "atrasar do problema".

Lusa

## Dia da Mulher. Restaurantes com ofertas de fazer crescer água na boca

Tipo Meio: Internet Data Publicação: 08/03/2023  
Meio: Notícias ao Minuto Online Autores: Ana Rita Rebelo

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=b5268c7f>

Junte a mãe, a avó, a tia, as irmãs e as amigas e desafie-as a desfrutar das ofertas destes espaços. Elas merecem.

Sobremesas bem docinhas, cocktails, vinho e entradas de oferta, flores, vouchers. O Dia da Mulher promete vários miminhos em inúmeros restaurantes.

Para que não perca pitada, o Lifestyle ao Minuto preparou um roteiro de última hora com algumas sugestões bem apetecíveis. Ora espreite na fotogaleria acima!

Qosqo (Rua dos Bacalhoeiros 26A, 1100-585 Lisboa)

Na compra de um cocktail Pisco Sour, o espaço oferece o segundo.

© Qosqo

1 / 13 Fotos

Café Social (Rua Pinto Ferreira 32B, 1300-464 Lisboa)

O espaço vai oferecer uma sobremesa a todas as clientes.

© Café Social

2 / 13 Fotos

O Miradouro (Rua Vasco da Gama 5 2130-197 Benavente)

Há um menu especial e ainda vai poder desfrutar de um espetáculo de strip e música ao vivo até às duas da madrugada.

© O Miradouro

3 / 13 Fotos

Peixoco (Avenida José Mourinho 28, 2900-633 Setúbal)

Aqui também há uma sobremesa especial de oferta para desfrutar.

© Peixoco

4 / 13 Fotos

BarNeário (Casa Raul Lino, Jardim do Campo Grande Sul, 1700-094 Lisboa)

Delicie-se com entradas totalmente gratuitas.

© BarNeário

5 / 13 Fotos

La Trattoria (Rua Artilharia 1 79, 1250-038 Lisboa)

Aproveite o voucher para experimentar os cocktails deste restaurante italiano. São válidos até ao final do mês de março.

© La Trattoria

6 / 13 Fotos

Aruki

Por cada compra superior a 20 euros em sushi recebe um vale de 10% para usar na marca portuguesa Tema.

© Aruki

7 / 13 Fotos

Gunkan (Avenida Álvaro Cunhal, 9 A, 1750-316 Lisboa)

Até dia 31 de março, está a decorrer uma iniciativa solidária no restaurante. Por cada venda do menu Especial Yoko Ono I e II, serão revertidos dois euros e um euro, respetivamente, para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

© Gunkan

8 / 13 Fotos

Häagen-Dazs

A marca está a oferecer bolas de gelado do sabor 'Founder's Favourite' (Vanilla) a todas as mulheres que passarem nas lojas Häagen-Dazs de Lisboa (Amoreiras, Cascais Shopping, Vasco da Gama e no El Corte Inglés) e do Porto (Mar Shopping e no El Corte Inglés de Gaia). Trata-se de uma homenagem a Rose Mattus, a fundadora da conhecida marca de gelados Häagen-Dazs. E há mais: está também a decorrer a iniciativa The Rose Project, com o objetivo de premiar cinco mulheres com com uma bolsa de 100 mil dólares. As nomeações estão abertas. Podem ser submetidas online.

© Häagen-Dazs

9 / 13 Fotos

O Passe (Rua Sousa Pinto 10, 1250-096 Lisboa e Avenida Sabóia 1017, 2765-420, Estoril)

As mulheres terão direito a flores.

© O Passe

10 / 13 Fotos

Envy Lisboa (Rua da Cintura do Porto de Lisboa, 1200-450 Lisboa)

Desfrute dos 'welcome drinks' do Envy, com uma colaboração artística especial.

© Envy Lisboa

11 / 13 Fotos

Slang (Rua Mouzinho da Silveira 29B, 1250-302 Lisboa)

Leve o seu grupo de amigas a jantar fora e receba uma garrafa de vinho.

© Slang

12 / 13 Fotos

OITTO (Largo Picadeiro 8-A, 1200-026 Lisboa)

Há um menu pensado exclusivamente para este dia. Inclui um 'welcome drink', seguido de uma surpresa do chef Carlos Afonso. Depois, será servido um ceviche de atum, um arroz de robalo e uma mousse de chocolate e caramelo salgado.

© Otto

13 / 13 Fotos

Partilhe esta galeria

Ana Rita Rebelo

## Parlamento vai ouvir Igreja, comissão, ministra da Justiça e associações de apoio às vítimas sobre abusos sexuais

Tipo Meio: Internet Data Publicação: 08/03/2023  
Meio: Público Online Autores: Maria Lopes

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=29cd4ee>

Deputados aprovaram por unanimidade os pedidos do Chega, PS e PSD para ouvir todas as entidades.

É uma longa lista e pretende passar a pente fino a questão dos abusos sexuais contra crianças na Igreja Católica, aquela que a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias aprovou nesta quarta-feira de manhã, por unanimidade, para ouvir nas próximas semanas.

Os requerimentos do Chega, do PS e do PSD foram aprovados por unanimidade e levarão à Assembleia da República a Comissão Independente para o Estudo de Abusos Sexuais contra Crianças na Igreja Católica (a pedido dos três partidos); o presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, D. José Ornelas (por proposta do Chega e do PS); a ministra da Justiça (Chega e PSD), para explicar a legislação em preparação sobre o assunto; a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção das Crianças e Jovens (PS e PSD).

Da lista consta ainda o cardeal-patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente, para, com D. José Ornelas, "dar a perspectiva da Igreja Católica sobre a anunciada mudança de paradigma nesta matéria", pedia o requerimento do Chega.

Os socialistas pediram também a audição da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e da Associação Quebrar o Silêncio sobre as "especificidades da vitimização das crianças vítimas de abusos sexuais, sobre as suas necessidades e os direitos que devem ter assegurados". E acrescentaram também o Corpo Nacional de Escutas.

O requerimento do PSD inclui ainda o Instituto de Apoio à Criança.

O objectivo dos partidos é ouvir as conclusões do relatório e preparar as alterações necessárias para que a lei proteja melhor as crianças e também para perceber o que a investigação poderá fazer agora, passados tantos anos (na maior parte dos casos), para punir os agressores.

Legislar para apostar na prevenção

O deputado Bruno Nunes alegou que, perante um relatório tão grave da comissão - ainda mais num "ano especial como este das Jornadas Mundiais da Juventude -, o Parlamento "não se pode escusar a ouvir, tomar posicionamento e legislar para o futuro".

O deputado do Chega lamentou que as últimas declarações de responsáveis da Igreja possam "aumentar a má imagem da instituição" e defendeu a "responsabilidade" da AR de "ouvir as partes para que não reste sombra de dúvida sobre o que aconteceu".

A socialista Cláudia Cruz Santos salientou a "pluralidade de abordagens, a transversalidade, a relevância dos testemunhos [das vítimas] e das recomendações" do extenso relatório da comissão. O documento, afirmou, "desvenda uma vitimização de crianças ao longo de muitas décadas", em especial de crianças de grande vulnerabilidade, que "sofreram agressões maioritariamente de homens da Igreja Católica que usaram do poder que tinham para cometerem contra elas crimes que a

comissão diz serem causadores de danos que nunca serão reparados".

No entanto, o dever da sociedade é agora perceber o que se pode fazer para reparar esses danos e prevenir crimes futuros, defendeu a também vice-presidente da comissão. Que acrescentou, em forma de aviso, que "este não é um assunto para barganha política", mas que se "deve procurar consenso" e, na área da prevenção, criar "programas de avaliação de riscos para organizações e entidades que lidam com crianças".

Já a social-democrata Paula Cardoso considerou o relatório um "murro no estômago" que "convoca todos para uma profunda reflexão sobre a realidade silenciada dos abusos sexuais vividos em instituições". "Aconteceu na Igreja", mas, lembrou, é necessário olhar também para "todas as instituições que têm crianças à sua guarda".

"Há questões que carecem de intervenção legislativa", embora se trate de um "crime devastador, sem reparação possível", sublinhou, para defender a aposta, em matéria legislativa, na prevenção. "As vítimas passadas terão que ser dignificadas e reparadas [sic]. E é preciso perceber se todos os mecanismos estão prontos a actuar: se a investigação judicial será célere, se tem meios - e para isso é importante ouvir a ministra da Justiça."

Joana Mortágua, do Bloco, subscreveu a necessidade de "ouvir todas as partes" e considerou "chocante" a reacção da Igreja, que admitiu que os padres acusados ainda no activo poderão não ser afastados.

Maria Lopes

## AR aprova audição de Comissão Independente e Conferência Episcopal sobre abusos sexuais

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 08/03/2023

Meio: RTP Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=d12337e>

O parlamento aprovou hoje por unanimidade a audição da Comissão Independente para o estudo de abusos sexuais de menores na Igreja, do presidente da Conferência Episcopal Portuguesa e da ministra da Justiça, entre outras entidades.

Os requerimentos apresentados por PS, PSD e Chega foram aprovados por unanimidade - com votos dos partidos presentes PS, PSD, Chega e BE -, na comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Os três partidos requeriam a audição da Comissão Independente para o Estudo de Abusos Sexuais contra Crianças na Igreja Católica, para a ouvir sobre as conclusões do relatório.

Por proposta do PS, foram também aprovadas a audição da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens e a Associação `Quebrar o Silêncio`, sobre as "especificidades da vitimização das crianças vítimas de abusos sexuais, sobre as suas necessidades e os direitos que devem ter assegurados".

Ao requerimento inicial, o PS acrescentou o pedido de audição da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) e do Corpo Nacional de Escutas.

A comissão parlamentar aprovou ainda uma proposta do PSD para ouvir, além da comissão independente, o Instituto de Apoio à Criança (IAC), a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e ainda a ministra da Justiça, Catarina Sarmento e Castro, sobre as recomendações deixadas pela comissão independente, "algumas das quais cuja concretização carece de intervenção legislativa".

Também o Chega apresentou um requerimento para ouvir não só a comissão independente mas a ministra da Justiça e ainda o presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, José Ornelas, do cardeal-patriarca de Lisboa, Manuel Clemente, para "darem a perspetiva da Igreja Católica sobre a anunciada mudança de paradigma nesta matéria".

No debate, a deputada do PS Cláudia Santos afirmou que o relatório da comissão independente revelou "uma vitimização de crianças ao longo de muitas décadas", desvendando também "agressores, maioritariamente homens, da Igreja Católica que usaram do poder que tinham, junto de crianças, para praticarem contra elas crimes gravíssimos", geradores de "danos que nunca são definitivamente curados".

A deputada defendeu a importância de "prevenir crimes futuros" e apelou a uma reflexão profunda sobre o tema, bem como a procura de "soluções, nomeadamente ao nível de programas de avaliação de risco e de implementação de programas de cumprimento normativo no âmbito de organizações que lidem com crianças".

Pelo PSD, Paula Cardoso disse que as conclusões do relatório foram "um murro no estômago" e que "não se pode de todo ignorar as recomendações feitas" naquele documento, salientando que "algumas carecem de alguma intervenção legislativa".

"Neste sentido, e de nos ajudar a fazer este percurso legislativo, entendemos que a audição destas entidades é bastante útil e o seu contributo é muitíssimo pertinente", venceu.

Bruno Nunes, do Chega, defendeu que, perante "a imagem abjeta" passada no relatório, "a Assembleia da República não se pode escusar em ouvir, legislar e tomar algum posicionamento para o futuro".

"As últimas declarações que têm sido proferidas podem ainda gerar mais confusão e um aumentar de uma má imagem sobre uma instituição secular", disse.

Joana Mortágua, do BE, lamentou crimes "sem reparação" e criticou a reação da Igreja Católica "ao recusar as suas responsabilidades enquanto instituição".

A Comissão Independente para o estudo dos abusos sexuais de crianças na Igreja Católica validou 512 testemunhos, apontando, por extrapolação, para pelo menos 4.815 vítimas. Vinte e cinco casos foram enviados ao Ministério Público, que abriu 15 inquéritos, dos quais nove foram arquivados.

A comissão entregou à Conferência Episcopal Portuguesa uma lista de alegados abusadores, alguns no ativo, tendo esta remetido para as dioceses a decisão de afastamento de padres suspeitos de abusos e rejeitado atribuir indemnizações às vítimas.

No domingo, o cardeal-patriarca de Lisboa, Manuel Clemente, afastou a suspensão de alegados padres abusadores de menores sem que haja "factos comprovados, sujeitos a contraditório" e um processo canónico feito pela Santa Sé.

O psiquiatra Daniel Sampaio negou na segunda-feira que a Igreja tenha recebido uma lista com os nomes dos padres abusadores sem ter mais informações sobre os casos denunciados, descrevendo a postura dos bispos como um "atrasar do problema".

Lusa



D. NUNO ALMEIDA

Bispo auxiliar de Braga

## Pedir perdão é necessário, mas não é suficiente...

**P**ara este mês de março de 2023, no âmbito da “Rede Mundial de Oração”, o Papa Francisco afirmou: *“Diante dos abusos, especialmente aqueles cometidos por membros da Igreja, não basta pedir perdão.*

*Pedir perdão é necessário, mas não é suficiente. Pedir perdão é bom para as vítimas, porque são elas que devem estar “no centro” de tudo.*

*A sua dor, os seus danos psicológicos podem começar a cicatrizar se encontrarem respostas; ações concretas para reparar os horrores que sofreram e evitar que se repitam ...”.*

Na sua carta de 2 de fevereiro de 2015, dirigida aos Presidentes das Conferências Episcopais, com veemência, o Santo Padre tinha advertido que *“é necessário continuar a fazer tudo o que for possível para desenraizar da Igreja a chaga dos abusos sexuais contra menores e abrir um caminho de reconciliação e de cura a favor de quantos foram abusados”.*

### 1. “Abrir caminhos de reconciliação e de cura a favor de quantos foram abusados”.

– É preciso pôr em prática, sem hesitação, o que consta nos números 9 a 31 do *Vademecum*, onde se insiste que o Bispo deve acolher, analisar, avaliar e aprofundar, com a devida atenção, todas as denúncias, independentemente da forma ou do canal utilizado. Deverá dar todo o apoio e proteção possíveis às vítimas e retirar as consequências necessárias, nomeadamente, segundo o n. 20: tomar medidas de tipo administrativo contra a pessoa denunciada, que poderão LEVAR A LIMITAÇÕES NO MINISTÉRIO.

– Para além da disponibilidade, por parte das Comissões Diocesanas, para acolher e acompanhar as vítimas, urge disponibilizar pessoas e programas para acompanhamento psiquiátrico e psicoterapêutico, bem como de acompanhamento espiritual e de reconciliação para as vítimas que o desejarem. Há que criar uma “bolsa de técnicos” e de acompanhadores espirituais.

– Aperfeiçoar a aprofundar a “Coordenação Nacional” e a cooperação entre Comissões Diocesanas. Poderá ser conveniente que uma denúncia seja apresentada e recebida noutra diocese.

– Aperfeiçoar os mecanismos que já existem e tentar a cooperação entre as Comissões Diocesanas e as CPCJ de cada concelho.

– Abrir um canal de comunicação com o Ministério Público ou Polícia Judiciária.

– A nível nacional encontrar formas de colaboração com a APAV.

### 2. “Abrir caminhos de reconciliação e de cura para agressores”.

A Igreja poderá ou deverá ter de retirar o agressor identificado da atividade pastoral (*Vademecum* n. 58 a 65: trata-se de “MEDIDAS CAUTELARES” que PODEM INCLUIR O AFASTAMENTO OU PROIBIÇÃO DE EXERCÍCIO DO MINISTÉRIO enquanto decorre a “investigação prévia”, ou após a sua conclusão. A medida cautelar não é uma pena, pois as penas só se impõem no final de um processo penal, mas um ato administrativo. Tudo isto deve ser bem esclarecido ao interessado, para evitar que ele pense ter sido julgado ou punido antes do tempo).

Mas a Igreja não deve abandonar o presumível agressor, porque a “redenção é sempre possível”, embora só com a “admissão da culpa” por parte do alegado criminoso.

O alegado agressor não pode ser abandonado. O primado é o da justiça, como defendia Bento XVI e agora o Papa Francisco, mas nunca pondo de lado a oferta de redenção, de perdão, reconciliação e cura.

Como discípulos de Cristo, acreditamos que uma pessoa se pode abrir à graça do perdão e deixar-se transformar, ninguém está irremediavelmente perdido. Há sempre essa possibilidade, mas tem de passar pela capacidade de admitir a culpa e pelo difícil equilíbrio entre a justiça, verdade e a misericórdia.

Ainda não temos programas de acompanhamento psiquiátrico e psicoterapêutico, de acompanhamento espiritual e de reconciliação nem para as vítimas nem para abusadores. Há que estudar as boas práticas de outros países e avançar também em Portugal com percursos de cura e reconciliação.

É preciso reforçar uma nova consciência sobre o poder de cada um para saber ouvir e ler os sinais de alerta, pois não é possível manter a impunidade nem o silêncio.

Que estes dias duros que vivemos, de via purgativa, de estrada penitencial, nos levem a caminhos novos em ordem a comunidades cristãs sãs e seguras, conscientes de que não pode continuar a haver vítimas, agressores e encobridores.

**Abusos sexuais na Igreja**

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=72c7ab49-c147-4ae2-a8a0-4196f69464dc&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

Todas as denúncias que foram entregues à Igreja Católica têm fundamento, é o que garante o psiquiatra Daniel Sampaio, um dos elementos que integrou a comissão independente para o estudo dos abusos sexuais na Igreja. Ouvido esta manhã no programa Antena Aberta, Daniel Sampaio detalhou o trabalho que esteve na base da lista de nomes que foi remetida na sexta-feira a Conferência Episcopal Portuguesa.

Declarações de Rui rocha, Iniciativa Liberal.

**Manuel Clemente diz que falar em indemnizações será insultuoso para as vítimas de abusos**

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=973f71e1-588e-42e2-963c-22a775f7b377&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

Ainda ontem Dom Manuel Clemente, Cardeal-Patriarca de Lisboa defendeu que as possíveis indemnizações seriam um insulto às vítimas.

Na manhã da TSF, Carla Ferreira da Associação de Apoio à Vítima sublinha que uma indemnização é apenas um complemento, não apaga o sofrimento das vítimas.

**Abusos sexuais na Igreja Católica**

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=631ffe78-9e47-4b2b-89b9-99b6b986a971&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

É essa suspensão preventiva que a porta-voz da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima defende. Ouvida na Antena Aberta desta manhã, Carla Ferreira afirma que a Igreja Católica deve avançar para esse afastamento preventivo dos padres suspeitos de terem abusado sexualmente de menores

**Antena Aberta: abusos sexuais na Igreja Católica**

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=aa25875b-e6f5-454c-8498-c30a46176543&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

Os abusos sexuais na Igreja que correm o risco de cair no esquecimento? É a pergunta que colocamos hoje aos ouvintes na Antena Aberta.  
Declarações de Carla Ferreira, APAV.

**Igreja não vai afastar os padres suspeitos de abusos sexuais**

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=2811fc3-df52-4ddf-8be9-6468def1a0ac&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

A Associação de Apoio à Vítima estranha a resistência da Igreja em afastar os alegados padres abusadores de menores. Ouvida pela TSF esta manhã, Carla Ferreira da APAV não compreende, porque é que a Igreja Católica não segue nesta matéria as orientações que existem para outros setores.

**APAV estranha resistência da Igreja em afastar os alegados padres abusadores de menores**

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=14dbb64f-5f4d-456d-9906-15aa5b4527e5&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

A Associação de Apoio à Vítima estranha esta resistência da Igreja em afastar os alegados padres abusadores de menores. Carla Ferreira, da APAV, não compreende porque é que a Igreja não segue as orientações que existem para outros setores e que ditam que, sempre que há um caso suspeito, há um afastamento preventivo do alegado prevaricador.

Repetições: TSF - Notícias , 2023-03-06 09:02

## Palavras de ódio podem levar ao suicídio, diz vítima de insultos

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 06/03/2023

Meio: Notícias ao Minuto Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=bec2f57f>

A dançarina Francielle Rodrigues assume à Lusa que depois de ter visto o seu vídeo a ser divulgado por um grupo de apoiantes da extrema-direita, ficou com depressão e poderia "ter sido só mais uma pessoa que se suicidou".

Há cerca de dois anos, Francielle Rodrigues, nascida no Brasil, mas desde os cinco anos a morar em Portugal, publicou um vídeo na rede social TikTok que deu azo a uma enorme onda de insultos e discursos de ódio 'online'.

"Comecei a perceber que se fizesse muito conteúdo relacionado com a imigração e aquilo que eu experienciei desde que estou em Portugal, ia dar-me visualizações. Então lembrei-me de contar a minha história", começa por contar, em entrevista à Lusa.

"Gravei um vídeo a explicar que quando se entra em Portugal temos de dizer que só estamos aqui a passar férias, porque naquela altura era impossível ter um visto de trabalho. Eu contei o que dizíamos ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) para ficarmos aqui a morar e, no final do vídeo, disse que 20 anos depois, continuo aqui", explica.

A honestidade das suas palavras fez com que esse vídeo fosse divulgado pelas várias redes sociais dos apoiantes do partido de extrema-direita, com mais de 10 mil partilhas só no Facebook, e ainda identificaram a GNR, a PSP e o SEF para denunciar a dançarina.

Quando Francielle Rodrigues se apercebeu da proporção que o vídeo estava a tomar na internet, fechou-se em casa durante um mês e parou de imediato com as publicações de vídeos, porque ficou com medo e percebeu que tudo o que divulgava nas redes sociais, mesmo que não fosse relacionado com a imigração, estava sujeito ao ódio e aos comentários ofensivos.

"Senti-me muito mal e tive de ter acompanhamento psicológico. Até hoje faço terapia, mesmo que cheguemos a ir a tribunal, o sofrimento por que passei e os custos que já tive são incontáveis", lamenta.

A dançarina diz que há muitas pessoas que acham que se está a vitimizar, mas comentários como "volta para o teu país", "tu nunca vais ser uma portuguesa como nós", ou "tu não és do nosso sangue, não és portuguesa", são palavras injustas de se ouvir para quem "sempre vestiu a camisola de Portugal", refere à Lusa.

"Esta situação tornou-se um crime público e hoje existem dois processos em andamento. Mas o que acontece é que vão fazer dois anos e ainda não há novidades. São mais de 200 pessoas no inquérito, mas não aconteceu nada a ninguém, para além de mim, que me causou danos psicológicos", queixa-se, em entrevista.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) juntou-se ao caso e conseguiu eliminar o vídeo em todas as redes sociais à exceção do YouTube, onde, atualmente, ainda se encontra disponível para visualização.

Francielle Rodrigues também pediu ajuda à Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), no entanto, conta à Lusa que nunca aconteceu nada a quem escreveu os comentários de ofensa.

A Linha Internet Segura, um serviço de apoio à vítima coordenado pela APAV, referiu à agência Lusa que os últimos dados divulgados, referentes a 2021, registam um aumento do número de cibercriminalidade 'online', num total de 1.626 processos e, segundo o relatório anual da APAV, em 2021 foram assinaladas 394 denúncias por discriminação e incitamento ao ódio e à violência.

A dançarina de 26 anos acusa Portugal de ser um país muito lento, porque "se as coisas não são resolvidas e se não aproveitarem esse calor do momento, o processo vai ser arquivado", diz revoltada.

A bailarina descreve à Lusa que a maior parte das pessoas que comentaram o seu vídeo "sentiam raiva" e "o pior é que essas pessoas tinham quase todas mais de 40 anos, o que é assustador, porque isto é a educação que vão passar para os seus filhos e para os seus netos".

"Eles fizeram-me mal, fiquei com uma depressão e tive de gastar muito dinheiro com isto. Mas está tudo bem. Eu podia ter-me suicidado, mas está tudo bem", diz de forma irónica.

"Eu seria só mais uma pessoa que se suicidou e não há represálias para isto", diz à Lusa com amargura.

Lusa

## APAV aconselha afastamento preventivo dos clérigos suspeitos

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 06/03/2023

Meio: RTP Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=7bd4dc12>

A porta-voz da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), Carla Ferreira, ouvida na Antena Aberta esta manhã afirma que a Igreja Católica deve afastar preventivamente os padres suspeitos de terem abusado sexualmente de menores.

Para Carla Ferreira o afastamento preventivo não equivale a um julgamento.

Esta medida serviria de prevenção para evitar novas e eventuais situações.

Antena 1

## Indemnização às vítimas. APAV critica declaração do Cardeal de Lisboa

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 06/03/2023

Meio: RTP Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=d42c959c>

O cardeal patriarca de Lisboa considera que é insultuoso falar de indemnizações às vítimas dos abusos sexuais na Igreja Católica. A Associação de Apoio à Vítima diz que a questão não pode ser colocada nesses termos. Já o ex-presidente da Cáritas, Eugénio da Fonseca, defende que não só deve haver lugar a indemnizações, como a Igreja deve ser a primeira a assumir responsabilidade por elas.

RTP



## REAÇÕES



**Daniel Sampaio**  
Psiquiatra

"A lista com os nomes dos padres abusadores devia levar a uma suspensão preventiva que está prevista no Direito Canónico. A CEP mostrou que não está centrada nas vítimas"



**Jorge Wemans**  
Católico e jornalista

"Os bispos estão a tratar os abusos como casos isolados e não como um todo. Os abusos acontecem porque há um abuso do poder e um sentimento de impunidade"



## Sem pressão, queixas de abusos "vão cair no esquecimento"

Daniel Sampaio junta-se às críticas aos bispos face às medidas anunciadas. Vítima pede menos desculpas e mais ação

**Emília Monteiro**  
sociedade@jn.pt

**IGREJA** "Dececionante." É desta forma que Daniel Sampaio, psiquiatra e membro da Comissão Independente (CI) para o Estudo dos Abusos Sexuais de Crianças – que, sexta-feira, cessou funções –, avalia as medidas apresentadas pelos bispos para fazer face aos abusos na Igreja Católica. "A Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) não se centrou nas vítimas, não foi apresentado nada de concreto nos apoios a quem denunciou os abusos, os padres suspeitos não vão ser temporariamente suspensos e, se não houver pressão da opinião pública, vai cair tudo no esquecimento", disse ontem ao JN.

Desde que D. José Ornelas, presidente da CEP, tornou públicas as intenções dos bispos sobre o que fazer com as informações recolhidas pela Comissão Independente que as crí-

ticas não param, sobretudo de católicos. Depois de ser tornada pública a validação de 512 testemunhos de abusos sexuais, apontando para um universo de 4815 vítimas, a CEP anunciou que será criada uma nova comissão para tratar deste assunto e mantidas as comissões diocesanas.

Sem datas, será criada uma rede de apoio psicológico e psiquiátrico para as vítimas e para os abusadores. Não está previsto o pagamento de indemnizações e o futuro dos padres acusados de abusos será decidido pelo bispo de cada diocese. A Comissão Independente entregou à CEP, e posteriormente ao responsável de cada uma das dioceses portuguesas, uma lista com cerca de cem nomes de padres e membros de ordens religiosas indicados como abusadores nos testemunhos recebidos. E é precisamente sobre este ponto que tem havido mais críticas.

**SUSPENSÃO PREVENTIVA DESEJÁVEL** "D. José Ornelas espantou-se com a lista de nomes (dos padres nomeados pelas vítimas) e mostrou-se surpreendido", referiu o membro da antiga CI. "Não pode haver surpresa nenhuma porque os bispos já conheciam a lista e os nomes. A equipa de historiadores da comissão esteve,

em cada diocese a consultar os arquivos e a pesquisar esses mesmos nomes. Já todos sabiam quem tinham sido os padres nomeados pelas vítimas", frisou Daniel Sampaio. E continuou: "Está previsto no Direito Canónico a suspensão preventiva dos sacerdotes e era isso que deveria ser feito".

No Facebook, o perfil "Coração Silenciado", um espaço dedicado a vítimas de abusos na Igreja, está sem ação. Criado e gerido por uma vítima de abusos, a autora está a recupear forças da "desilusão" sentida ao ouvir o presidente da CEP. "Foi tudo tão vago. As vítimas não precisam de mais desculpas, precisam de ações e de medidas concretas", disse ao JN. A página tem centenas de "amigos", entre eles, "pelos comentários que escrevem e pelas mensagens", terão sido também vítimas de abusos.

"Os bispos têm de estabelecer uma linha geral de ação que seja comum a todas as dioceses e não podem permitir que cada diocese aja conforme entender", referiu. "Agora, cada bispo faz como entende. Uns suspendem os padres abusadores e outros não. E vai continuar a ser assim", finalizou, dando eco a um sentimento de frustração transversal. ●

◀ **D. José Ornelas anunciou que será criada uma nova comissão para tratar deste assunto e mantidas as comissões diocesanas**

FOTO: NUNO BRÁS / GLOBAL IMAGENS

## INVESTIGAÇÃO

### Guarda mantém em funções padre acusado

A diocese da Guarda mantém em funções um padre que está a ser investigado por abusos sexuais e que foi denunciado por outro sacerdote da mesma diocese. O pároco, de 61 anos, exerce funções em cinco paróquias de Figueira de Castelo Rodrigo, e foi apontado como autor de abusos feitos há 30 anos quando era pároco na Covilhã e orientador espiritual no Seminário do Fundão. Terá sido no seminário que abusou sexualmente de um rapaz de 12 anos que, entretanto, foi ordenado padre.

## OUTROS DADOS

### Por responder

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) considerou que "ainda ficaram muitas perguntas por responder" por parte da Igreja em relação aos abusos dos menores. E defende que devem ser tomadas medidas "muito brevemente", caso contrário, haverá consequências e impacto nas vítimas.

### Funchal reage

A diocese do Funchal garante que nenhum dos quatro padres identificados pelas vítimas de abusos sexuais como estando na diocese está em funções e um dos nomes é mesmo "desconhecido". D. Nuno Brás, bispo local, diz que lhe foram entregues quatro nomes de sacerdotes, mas que nenhum está a exercer.



PARA FORMAÇÃO DE COLABORADORES E VOLUNTÁRIOS, PREVENINDO CRIMES DE ABUSOS SEXUAIS

# Fundação JMJ e APAV protocolam para «prevenção e contingência»

A Fundação Jornada Mundial da Juventude (JMJ) Lisboa 2023 e a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, assinaram ontem um protocolo para a «prevenção e contingência» de crimes de abuso e de violência no âmbito da Jornada Mundial da Juventude, que se realiza no início de Agosto deste ano.

De acordo com João Lázaro, presidente da APAV, o protocolo celebrado ontem tem por objetivo atuar na «capacitação e formação dos colaboradores e voluntários» da jornada para prevenir situações de «crime ou violência, sexual ou corporal», e agir perante possíveis ocorrências nos locais dos eventos da JMJ Lisboa 2023 e nas dioceses de acolhimento de participantes.

«É claramente com muita honra e com grande sentido de responsabilidade e com muito orgulho que aceitamos este



Ricardo Perna/JMJ Lisboa 2023

D. Américo Aguiar e João Lázaro elogiaram o protocolo

desafio e queremos estar à altura de corresponder à confiança que nos é depositada», afirmou o presidente da APAV na assinatura do protocolo.

João Lázaro frisou que é a primeira vez que no planeamento de um evento como a JMJ Lisboa 2023 e na sua realização é colocado «o foco nas vítimas», valorizando o facto da APAV ser «um parceiro estratégico na formação, planeamento e na presta-

ção de serviços» por ocasião da Jornada Mundial.

Por seu turno, D. Américo Aguiar, coordenador-geral da JMJ, considera que o protocolo celebrado com a APAV tem o objetivo de implementar «as melhoras práticas possíveis» para prevenir situações criminosas de abuso e de violência e para garantir que «as vítimas nunca sejam esquecidas. Se alguma coisa correr menos bem, temos a ga-

rantia de que, por parte das equipas da APAV, tudo será feito para ouvir, para acompanhar».

De acordo com D. Américo Aguiar, as equipas de colaboradores e voluntários da JMJ Lisboa 2023 vão ter «formação específica» na área da prevenção de apoio à vítima, sublinhando o «reforço na preocupação» pela problemática de abuso de menores. «Não é favor nenhum que estamos a fazer, é nossa obrigação», disse.

À margem do protocolo, D. Américo Aguiar afirmou que a implementação da «tolerância zero e transparência total» em relação aos casos de abuso sexual na Igreja Católica tem de ser efetiva, também a partir das resoluções tomadas ontem na Assembleia Extraordinária da Conferência Episcopal Portuguesa, criando «condições de conforto, segurança e confiança» para que os possíveis casos sejam denunciados.

Redação/Ecclesia



## Destaque Abuso sexual de menores

### ÀS VÍTIMAS que ousaram “dar voz ao silêncio”...

T3, M, 1990 • T4, F, 1976 • T5, M, 1962 • T6, M, 1972 • T8, M, 1956 • T9, F, 1964 • T10, F, 2002 • T11, M, 1968 • T12, F, 1989 • T13, F • T14, F • T25, M, 1956 • T26, F, 1960 • T27, F, 2001 • T28, F, 1969 • T29, F, 1977 • T30, F, 1981 • T31, M, 1953 • T32, M, 1946 • T33, F, 1953 • T34, F, 1945 • T44, F, 1957 • T46, M, 1957 • T47, M, 1947 • T49, F, 1961 • T50, F, 1997 • T51, Outro, 1979 • T52, M, 1956 • T53, F, 1982 • T54, F, 2002 • T64, F, 1968 • T65, F, 1948 • T66, M, 1969 • T67, M, 1973 • T68, M, 1988 • T69, F, 1974 • T70, M, 1963 • T71, F, 1950 • T72, F, 1959 • T73, F, 1973 • T84, M, 1956 • T85, M, 1964 • T86, F, 1953 • T87, M, 1975 • T88, F, 1947 • T89, F, 1972 • T90, M, 1960 • T91, M, 1961 • T92, M, 1961 • T95, F, 1959 • T105, F, 1973 • T106, M, 1978 • T107, F, 1972 • T108, M, 1950 • T109, M, 1998 • T110, M, 1971 • T112, F, 1950 • T113, F, 1951 • T114, F, 1990 • T125, F, 1990 • T126, M, 1948 • T127, F, 1976 • T128, F, 1941 • T129, F, 1949 • T130, F, 1941 • T131, M, 1954 • T132, F, 1961 • T133, M, 1978 • T134, F, 1962 • T143, M, 1970 • T144, M, 1985 • T145, M, 1952 • T146, M, 1979 • T147, M, 1946 • T148, M, 1981 • T149, M, 1953 • T150, M, 1987 • T151, F, 1967 • T160, M, 1975 • T161, M, 1960 • T162, M, 1979 • T163, M, 1963 • T164, Outro, 1960 • T165, M, 1952 • T167, M, 1956 • T168, M, 1961 • T169, M, 1971 • T179, M, 1967 • T180, F, 1984 • T182, F, 1950 • T183, M, 2006 • T184, M, 1996 • T185, F, 1998 • T186, M, 1992 • T187, M, 1996 • T188, F, 1997 • T197, M, 1977 • T198, M, 1956 • T199, F, 1963 • T200, M, 1956 • T201, M, 1952 • T202, F, 1977 • T203, M, 1973 • T204, F, 1953 • T205, F, 1990 • T216, M, 1969 • T217, F, 1962 • T218, M, 1972 • T219, M, 1958 • T220, M, 1938 • T221, F, 1968 • T222, F, 1943 • T223, F, 1961 • T224, F, 1960 • T233, F, 1990 • T234, F, 1968 • T235, F, 1969 • T236, M, 1980 • T237, M, 2004 • T238, M, 1969 • T239, M, 1970 • T240, M, 1970 • T241, F, 2009 • T252, M, 2009 • T253, M, 1965 • T254, M, 1983 • T255, M, 1938 • T256, M, 1989 • T257, M, 1976 • T258, F, 1944 • T259, M, 1950 • T260, M, 1976 • T270, M, 2007 • T271, M, 1966 • T272, F, 1979 • T273, M, 1978 • T274, M, 1986 • T275, M, 1977 • T276, F, 1986 • T277, M, 1976 • T278, F, 1986 • T288, F, 1954 • T289, M, 1974 • T290, F, 1965 • T291, F, 1953 • T292, M, 1941 • T293, F, 1972 • T294, F, 1972 • T295, M, 1976 • T296, F, 1976 • T297, F, 1976 • T307, F, 1963 • T308, F, 1977 • T309, F, 1998 • T310, F, 1957 • T311, M, 1980 • T312, M, 1980 • T313, M, 1968 • T314, M, 1951 • T315, F, 1938 • T316, F, 1933 • T326, F, 1959 • T327, F, 1976 • T328, M, 1969 • T329, M, 1971 • T330, M, 1984 • T331, F, 1959 • T332, M, 1996 • T333, F, 1981 • T334, F, 1979 • T344, M, 1958 • T345, F, 2011 • T346, M, 1968 • T347, F, 1978 • T348, M, 1980 • T349, M, 1977 • T350, M, 1977 • T351, M, 1980 • T352, F, 2003 • T361, M, 2005 • T362, M, 2005 • T363, F, 2000 • T364, M, 1969 • T365, M, 1990 • T366, M, 1967 • T367, F, 2008 • T368, M, 1950 • T369, M, 1974 • T378, M, 1978 • T379, F, 1981 • T380, M, 1946 • T381, F, 1952 • T383, M, 1975 • T384, F, 1974 • T385, F, 1958 • T386, F, 1962 • T387, F, 1968 • T398, M, 1971 • T399, M, 1971 • T400, M, 1968 • T401, F, 1973 • T402, F, 1976 • T403, F, 1975 • T404, F, 1975 • T405, F, 1977 • T406, M, 1993 • T407, F, 1968 • T416, M, 1963 • T417, F, 1962 • T418, F, 1955 • T419, F, 1989 • T420, M, 1961 • T421, F, 1954 • T422, F, 1968 • T423, F, 1946 • T424, F, 1968 • T433 • T434, M, 1979 • T435, M, 1991 • T436, M, 1978 • T437, M, 1957 • T438, M, 1979 • T440, M, 1979 • T441, M, 1970 • T442, M, 1970 • T443, F, 1962 • T452, F, 1969 • T453, F, 1953 • T454, M, 1952 • T455, M, 1995 • T456, M, 1987 • T457, F, 1976 • T458, F, 1973 • T461, M, 1973 • T470, F, 1977 • T471, F, 1976 • T472, F, 1945 • T473, M, 1953 • T474, M, 1980 • T475, F, 1973 • T476, M, 1974 • T477, M, 1949 • T478, M, 1978 • T487, M, 1990 • T488, M, 1981 • T489, M, 1980 • T490, F, 1969 • T491, F, 1972 • T492, F, 1972 • T493, M, 1951 • T496, M, 1974 • T497, F, 1954 • T506, M, 1949 • T507, F, 1940 • T508, M, 1965 • T509, F, 1970 • T510, F, 1990 • T511, M, 1987 • T512, F, 1967 • T513, M, 1954 • T514, F, 1969 • T523, F, 1980 • T524, M, 1964 • T525, F, 1975 • T526, M, 1976 • T527, M, 1983 • T528, F, 1952 • T529, F, 1962 • T530, M, 1991 • T531, M, 1979 • T540, M, 1966 **“Deixo-vos a paz, dou-vos a minha paz”** (João, 14:27)

# Resposta da Igreja gera desilusão e indignação. “Deu um passo atrás” no caminho que trilhava

Católicos e associações que lidam com vítimas de abusos duvidam da nova comissão para denúncia de casos, criticam posição sobre indemnizações e mesmo o memorial

Cristiana Faria Moreira  
e Ana Bacelar Begonha

Foi um momento de pouca “compaixão”, com poucas “medidas concretas”. É com estas palavras que católicos e associações que lidam com vítimas deste tipo de crimes reagiram à resposta da Igreja ao relatório da comissão independente sobre abusos sexuais. Pelo menos 4815 crianças e jovens terão sido alvo de abusos por parte de membros da Igreja Católica nos últimos 70 anos e, por isso, era grande a expectativa ontem para saber o que ia esta instituição fazer perante as vítimas e para evitar novos casos. Ao final da tarde, o presidente da Comissão Episcopal Portuguesa, D. José Ornelas, anunciou a criação de uma nova comissão para continuar a receber denúncias e analisar casos, apoio psicológico para as vítimas que o queiram e um “memorial”. E colocou nas mãos de cada bispo e de cada diocese a decisão de afastar alegados padres abusadores. Mas as palavras desiludiram.

Em declarações ao PÚBLICO, Jorge



T (número do testemunho recolhido); M ou F (género); ano de nascimento

; 1950 • T16, F, 1957 • T17, M, 1974 • T18, F, 1944 • T19, M, 1985 • T20, F, 1959 • T21, F, 1954 • T22, M, 1957 • T23, M, 1960 • T24, M, 1960  
 l, F, 1963 • T35, F, 1958 • T36, M, 1989 • T37, F, 1991 • T38, F, 1975 • T39, M, 1961 • T40, F, 1955 • T41, M, 1970 • T42, M, 1956 • T43, M,  
 004 • T55, F, 1986 • T56, F, 1948 • T57, M, 1941 • T58, F, 1979 • T59, M, 1963 • T60, F, 1977 • T61, M, 1979 • T62, F, 1962 • T63, F, 1950 •  
 M, 1961 • T74, M, 1953 • T75, M, 1955 • T76, M, 1953 • T77, M, 1955 • T78, M, 1961 • T80, F, 1960 • T81, F, 1950 • T82, M, 1974 • T83, F,  
 64 • T93, M, 1973 • T94, F, 1967 • T98, M, 1971 • T99, M, 1969 • T100, F, 1960 • T101, F, 1950 • T102, M, 1976 • T103, M, 1974 • T104, F,  
 l, M, 1976 • T115, F, 1959 • T116, F, 1977 • T119, M, 1980 • T120, F, 1965 • T121, M, 1963 • T122, F, 1951 • T123, M, 1940 • T124, M, 1981 •  
 T134, M, 1956 • T135, F, 1974 • T136, F, 1967 • T137, M, 1934 • T138, F, 1970 • T139, F, 1981 10 • T140, M, 1979 • T141, M, 1966 • T142, M,  
 T151, M, 1950 • T152, F, 1973 • T153, M, 1975 • T154, M, 1935 • T155, M, 1958 • T156, M, 2003 • T157, M, 1978 • T158, F, 1969 • T159, M,  
 97 • T169, M, 1976 • T170, M, 1952 • T171, M, 1977 • T172, M, 2002 • T173, M, 1981 • T174, M, 1969 • T176, M, 1986 • T177, F, 1969 • T178,  
 • T188, F, 1987 • T189, F, 1964 • T190, M, 2006 • T191, F, 1985 • T192, F, 1962 • T193, M, 2003 • T194, F, 1963 • T195, M, 1970 • T196, M,  
 T205, F, 1960 • T206, M, 1955 • T207, F, 1956 • T208, F, 1971 • T210, M, 1958 • T212, M, 1961 • T213, M, 1946 • T214, M, 1944 • T215, M,  
 224, F, 1960 • T225, M, 1986 • T226, M, 1991 • T227, F, 1953 • T228, M, 1956 • T229, M, 1950 • T230, F, 1960 • T231, F, 1959 • T232, F,  
 F, 1964 • T242, F, 2000 • T243, M, 1979 • T244, M, 1983 • T245, M, 1998 • T246, M, 1986 • T247, F, 1979 • T250, M, 1974 • T251, M, 1979  
 M, 1971 • T261, M, 1957 • T262, M, 2009 • T263, F, 2009 • T264, M, 2004 • T265, M • T266, F • T267, F • T268, M, 1981 • T269, F, 1960  
 •, 1974 • T279, M, 1965 • T280, F, 1947 • T281, M, 1962 • T282, M, 1977 • T283, M, 1970 • T284, M, 1992 • T286, F, 1960 • T287, F, 1954 •  
 98, M T299, F, 1972 • T300, F, 1959 • T301, M, 1966 • T302, M, 1955 • T303, M, 1972 • T304, F, 1998 • T305, F, 1958 • T306, M, 1960 •  
 316, F, 1971 • T317, F, 1990 T318, F, 2004 • T319, M, 1953 • T320, F, 1941 • T321, M, 1956 • T322, M • T323, M • T324, M, 1972 • T325, M,  
 334, M, 1954 • T335, F, 1970 • T336, F • T337, M, 1992 • T338, M, 1956 • T339, F, 1971 • T340, M, 1976 • T341, M, 1975 • T342, M • T343,  
 352, F, 1969 • T353, F, 1965 • T354, F, 1953 • T355, M, 1975 • T356, M, 1953 • T357, F, 1976 • T358, F, 1970 • T359, M, 2001 • T360, M,  
 ) • T369, M, 1974 • T370, F, 2016 • T371, M, 1962 • T372, M, 1978 • T373, M, 1977 • T374, F, 1984 • T375, M, 1989 • T376, M, 1975 • T377,  
 T387, F, 1950 • T388, M, 1965 • T389, F T391, F, 1978 • T392, F, 1966 • T393, F, 1956 • T394, M, 1994 • T396, M, 1980 • T397, F, 1975 •  
 • T407, M, 1959 • T408, M, 1966 • T409, F, 1975 • T410, M, 1935 • T411, F, 1976 • T412, F, 1976 • T413, M, 1946 • T414, F, 1976 • T415, M,  
 24, F, 2004 • T425, F, 1954 • T426, M, 1946 • T427, M, 1985 • T428, M, 1960 • T429, M, 2013 • T430, M, 1974 • T431, M, 2009 • T432,  
 57 • T443, F, 1979 • T444, F, 1960 • T445, M, 1959 • T446, M, 1969 • T447, M, 1977 • T448, F, 1996 • T449, M, 1963 • T450, M, 1963 •  
 1958 • T462, F, 1968 • T463, M, 1970 • T464, F, 1964 • T465, F, 1974 • T466, M, 1955 • T467, F, 1959 • T468, F, 1985 • T469, M, 1981 •  
 1965 • T479, M, 1950 • T480, M, 1957 • T481, F, 1977 • T482, M, 1949 • T483, F, 1952 • T484, M, 1990 • T485, M, 1997 • T486, F, 1978 •  
 F, 1957 • T498, F, 1961 • T499, M, 1984 • T500, M, 1963 • T501, M, 1958 • T502, F, 1943 • T503, M, 1957 • T504, M, 1980 • T505, M,  
 T514, M, 1963 • T515, M, 1988 • T516, M, 1968 • T517, M, 1960 • T518, F, 1971 • T519, F, 1970 • T520, M, 1959 • T521, M, 1978 • T522, F,  
 T531, M, 1997 • T532, F, 1969 • T533, F, 1969 • T534, F, 1968 • T535, M, 1968 • T536, M, 1957 • T537, M, 1958 • T538, F, 1963 • T539,

Muito obrigado, não vos esqueceremos Pedro Strecht, Médico Pedopsiquiatra

Wemans, jornalista e católico, que foi um dos subscritores da carta aberta que deu origem à comissão independente, considera que a Igreja deu “um passo atrás” no caminho que começara a trilhar. Faltaram “medidas concretas” e, sobretudo, uma “reflexão sobre o exercício do poder na Igreja e o profundo clericalismo que a domina”, que é precisamente onde “reside a possibilidade de abusos”, defendeu.

Mais do que medidas, foram anunciadas “intenções” de “conteúdo minimal” que, ao colocarem a responsabilidade nos bispos, podem não só acabar por ser “engolidas no tempo” como por se “diluírem pelas dioceses”, referiu. Além disso, são “pouco claros os contornos” de certas decisões, como a criação de uma comissão que, disse, será “constituída demasiado dentro da Igreja”, o que lhe retira “credibilidade junto das vítimas”.

Nuno Caiado, católico, que foi o primeiro subscritor da primeira carta aberta à Igreja, lamentou que “as questões éticas, primeiro, e as questões morais, depois, pareçam ter fica-

do soterradas pelas questões do direito, quer canónico, quer civil”.

Nuno Caiado refere que ficam aquém e que assentam numa “resposta equivocada”. “A Igreja parece não ser capaz de construir uma resposta sólida ao problema”, disse, citado pela Lusa.

Este católico criticou ainda a posição da CEP sobre uma possível indemnização às vítimas, que, disse, traduz uma “insensibilidade atroz” por fazê-las depender de um processo civil. “Fazer dependê-las de um processo nos tribunais civis parece-me uma coisa extraordinária e inaudita. O que temos aqui em causa é postergar a clarificação que já devia aparecer hoje”, frisou.

#### “Não se nota compaixão”

Do lado do movimento Nós Somos Igreja, um dos subscritores desta carta aberta, Lisete Fradique afirmou que as medidas apresentadas são uma mão cheia de nada. “Houve uma fuga sistemática para as questões legais. Está aqui um problema moral”, disse, em declarações à SIC Notícias, frisando: “Não se nota compaixão.”



**Eunão consegui vislumbrar nada de concreto. Houve uma fuga sistemática para as questões legais. Está aqui um problema moral**

**Lisete Fradique**

Membro do movimento Nós Somos Igreja

Sobre o memorial que a CEP anunciou na conferência de imprensa, aproveitando também a realização da Jornada Mundial da Juventude em Lisboa, disse-se “chocada”. “Isto é uma dor imensa. Misturar estas duas coisas. Deveria ser algo de recolhido. Quem foi abusado estará a reviver toda a experiência”, disse.

Também em reação às medidas apresentadas pela CEP, Ângelo Fernandes, da associação Quebrar o Silêncio, levantou dúvidas relativamente ao apoio psicológico que será dado às vítimas: “Como se vai operacionalizar o apoio psicológico nas dioceses? A minha leitura é que as vítimas não estavam confortáveis para ir às dioceses falar das experiências de abuso.”

Para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), as medidas apresentadas revelam “sinais de que há alguma vontade” mas pouco mais. “Esta desconfiança em relação à palavra das vítimas é algo que nos preocupa. Esse relato tem de ser valorizado”, disse Carla Ferreira.

Para a responsável da APAV pelo acompanhamento dos casos de vio-

lência contra crianças e jovens, “a investigação interna tem de ocorrer, senão estamos simplesmente a validar que os actos continuem a acontecer e a pôr potenciais vítimas em risco”. Defendeu ainda que as pessoas que estiverem a ser investigadas devem ser afastadas “em termos preventivos” e que isso não ficou claro nas explicações dadas pela CEP.

Também Pedro Strecht, que coordenou o trabalho da comissão independente ao longo do último ano, defendeu que os dados remetidos à Igreja são “significativos” e não são uma novidade. “A lista que foi entregue faz parte daquilo que a Igreja já sabe também diocese a diocese. Esses dados foram trabalhados também pelo grupo de investigação histórica na pesquisa que foi realizada nos arquivos históricos e secretos”, disse Pedro Strecht.

Ao final do dia, o Governo reiterou em comunicado que irá aumentar o prazo legal para que os crimes não prescrevam quando as vítimas completam 30 anos, algo que havia sido sugerido pela comissão independente.



## Destaque Abusos sexuais de menores



A Conferência Episcopal Portuguesa deu uma conferência em Fátima. Bispo José Ornelas respondeu aos jornalistas

Igreja assegura apoio psicológico, mas não indemnizações

# Bispos vão analisar lista de padres abusadores mas não garantem afastamento

Natália Faria

**Presidente da CEP escuda-se na dificuldade de reunir elementos necessários para aferir veracidade das acusações**

**N**em afastamento imediato de padres abusadores e dos bispos que os tenham encoberto nem predisposição para indemnizar financeiramente as vítimas. Ontem, a conferência de imprensa ia a pouco mais de meio e já o presidente da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), D. José Ornelas, estava a ser chamado a reagir às críticas de quem viu no anúncio da reacção da Igreja aos abusos sexuais de crianças “uma mão cheia de nada”. “Para nós, não é uma mão cheia de nada. Para nós, é uma mão que vai cheia de compromissos”, defendeu-se, para sustentar que há decisões que precisam de “outros interlocutores para serem concretizadas”, logo terão de ficar para mais tarde.

Além do anúncio de que vai ser criada uma comissão para dar conti-

nuidade ao trabalho iniciado pela equipa liderada pelo pedopsiquiatra Pedro Strecht (que estimou em quase cinco mil as crianças abusadas dentro da Igreja desde 1950 até à actualidade) e de que a Igreja vai erguer um memorial às vítimas, eventualmente da autoria do arquitecto Siza Vieira, as atenções de todos centraram-se naquilo que a Igreja pretende fazer com a lista contendo os nomes dos alegados abusadores que continuam activos na Igreja. E também quanto a isto a ordem é para aguardar que sejam apuradas culpabilidades.

“Nós vamos analisar nome a nome. Mas, dentro de cada diocese, é cada bispo que tem de ver, à luz do direito civil e do direito canónico, quais as medidas apropriadas a tomar”, explicou D. José Ornelas, repetindo que a lista recebida poucas horas antes não passa disso mesmo: uma lista de nomes. “Sendo uma lista de nomes, sem outra caracterização, torna-se difícil. Daí essa investigação exigir redobrados esforços”, explicou, admitindo que tais pessoas possam ser suspensas preventivamente de funções, “se houver plausibilidade quanto ao perigo no contacto com

outras pessoas e quanto à persistência de eventuais delitos”.

Questionado sobre se receia que mais crianças estejam em risco de ser vítimas de abusos, o presidente da CEP assumiu que sim. “Receio, mas eu não posso tirar uma pessoa do ministério porque chegou alguém que disse ‘Este senhor abusou de alguém’. Quem foi que disse? Em que lugar? Quando? Tirar um padre do ministério é uma coisa grave, enquanto não for minimamente provado, a pessoa mantém a sua credibilidade”, sustentou. Em suma, o afastamento preventivo de sacerdotes só poderá ter lugar se ficar comprovada a plausibilidade e a veracidade da queixa e se houver “perigo de repetição ou de continuidade” do abuso.

Do mesmo modo, quanto ao afastamento de bispos que sejam apontados como tendo encoberto ou ajudado a encobrir crimes de abuso sexual dentro das respectivas dioceses, D. José Ornelas usou de cautelas semelhantes. “Nós não pactuamos com situações dessas, mas também não embarcamos em qualquer acusação de encobrimento”, avisou. “A própria Procuradoria-Geral da República

### Medidas anunciadas

- Nova comissão para receber denúncias, na dependência das dioceses mas constituída por leigos;

- Construção de um memorial às vítimas a inaugurar no espaço da Jornada Mundial da Juventude, em Agosto, e que permanecerá;

- Eventual afastamento de abusadores suspeitos depende de cada bispo;

- Indemnização às vítimas será assumida pelo agressor que for julgado e não colectivamente pela Igreja;

- Apoio psicológico ou o que a vítima requeira será assegurado pela Igreja.

[PGR] encontra dificuldades em tratar a maior parte dos casos que lhe chegam, porque não tem elementos suficientes”, lembrou, referindo-se ao facto de a PGR ter já arquivado nove dos 15 inquéritos instaurados após as denúncias que a comissão independente lhe fez chegar. “É preciso ver ao longo deste tempo qual é a situação que temos, porque a própria noção de encobrimento no direito português é difícil de encontrar”, justificou, para repetir que “cada caso tem de ser estudado”, isto é, “não basta falar-se: é preciso dados que justifiquem e dêem credibilidade às acusações”.

Porque uma proporção significativa dos abusos relatados no relatório ocorreu no confessional, os bispos preparam-se para reconfigurar o ambiente em que o sacramento ocorre, para que deixe de ser “em ambientes fechados, isolados”, passando a fazer-se em “local acessível para que não haja ocasião para novos abusos”. Quanto ao segredo de confissão, outra das recomendações deixadas no relatório da comissão independente, a questão não se coloca: “Não está nem nunca estará sobre a mesa.”

Igualmente descartada parece estar a possibilidade de, à semelhança do que ocorreu noutros países, a instituição ser responsável por indemnizar as vítimas. “A questão das indemnizações é clara, tanto no direito canónico como no direito civil. Se há um mal que é feito por alguém, é esse alguém que é responsável”, declarou. Mais à frente, D. José Ornelas precisou: “As pessoas que precisam de ajuda vão tê-la, agora indemnizações, só tendo em conta quem é [o abusador] e para isso é preciso um processo civil e é preciso que se o ponha.”

Já no tocante à garantia de apoio psicológico ou psiquiátrico às vítimas, a Igreja assume inteiramente essa responsabilidade, sendo que a operacionalização do tratamento caberá a cada diocese. “Isso é uma prioridade para nós. Ninguém vai deixar de ter acesso a tratamento por falta de meios”, enfatizou o representante dos bispos. Não se trata de a Igreja escolher os profissionais que considere mais adequados. “Vamos estabelecer parcerias e temos instituições que já se manifestaram disponíveis para isso. Não estamos a dizer que serão os nossos médicos”, explicou.

Quanto aos padres abusadores, em relação aos quais os membros da equipa coordenada por Pedro Strecht tinham alertado que não basta “acompanhamento espiritual”, mas tratamento farmacológico e psiquiátrico, o presidente da CEP foi taxativo: “Nós precisamos não só de cuidar das pessoas abusadas, mas dos abusadores. Porque senão são ‘bombas vagantes’. E para isso precisamos de encontrar soluções”, declarou, admitindo que o tratamento possa beneficiar da experiência acumulada nalgumas unidades de saúde detidas por congregações religiosas.



Alexandra Leitão  
alexandrarleitao@yahoo.com

## A PROPÓSITO DO DIA DA MULHER

O próximo dia 8 de março é o Dia Internacional da Mulher. Ainda faz sentido celebrar este dia? Sim. Mesmo no mundo "ocidental" ainda estamos longe de uma igualdade plena entre homens e mulheres.

Em Portugal, as mulheres têm salários 16 % inferiores, em média, aos dos homens, só 31% dos gestores de topo nas empresas do PSI-20 são mulheres, nas instituições de ensino superior apenas 19% dos cargos de chefia são ocupados por mulheres e só 24% dos professores catedráticos são mulheres. Na política, apesar das quotas de género, há 84 mulheres na Assembleia da República num total de 230 deputados e nas autarquias locais apenas 9% dos presidentes de câmara municipal são mulheres: 29 em 308. Ainda existe um "teto de vidro" que faz com que as mulheres não cheguem ao topo, apesar de serem maioritárias, por exemplo, entre os estudantes do ensino superior.

Mas há outros indicadores ainda mais graves: em novembro de 2022 o Observatório de Mulheres Assassinadas dava conta de "22 femicídios nas relações de intimidade", todos perpetrados por homens. No "Relatório Anual" de 2021 da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, o crime de violência doméstica representava 76,8% de todos os crimes reportados à APAV (em 2020 era 72,6%).

Os direitos reprodutivos das mulheres têm conhecido recuos significativos, como aconteceu nos EUA com a revogação pelo Tribunal Supremo do acórdão *Roe vs. Wade*, em junho de 2022. Na Polónia, uma decisão do Tribunal Constitucional de janeiro de 2021 proibiu a interrupção da gravidez mesmo em casos de grave risco para a saúde da grávida, de severas malformações do feto ou até de morte de um dos fetos em caso de gravidezes gemelares. Várias mulheres morreram em consequência desta decisão.

Em Portugal foram precisos dois referendos e 30 anos após o 25 de Abril para despenalizar a interrupção voluntária da gravidez, permitindo em 2007 a realização da mesma por opção da mulher nas primeiras 10 semanas de gravidez, naquela que ainda é uma das leis mais restritivas da Europa (na maior parte dos países europeus a IVG, nestes casos, é permitida até às 12 semanas). E, na realidade, este direito nem sempre é assegurado. Um jornal noticiava recentemente alegados casos de recusas ou atrasos na marcação das consultas de IVG em vários hospitais do SNS, bem como a sujeição das mulheres a juízos de valor intoleráveis, resultantes de um moralismo bacoco e estigmatizante. É ilegal num serviço público. A incapacidade do SNS de assegurar a IVG dentro do prazo legal soma à desigualdade de género a desigualdade social, privando as mulheres com menos recursos do exercício desse direito. Também a violência obstétrica não é ainda encarada como um grave problema de saúde pública e de discriminação. As mulheres que engravidam perdem o emprego ou são prejudicadas na sua carreira.

A misoginia tem vindo a crescer. Nos debates na AR isso é evidente, sobretudo desde que a extrema-direita tem representação parlamentar. As mulheres são frequentemente julgadas pelo seu aspeto físico, indumentária ou vida pessoal. Até algumas decisões judiciais revelam um viés relativamente às mulheres, sobretudo quando estão em causa situações de violência doméstica, assédio e crimes sexuais.

Por tudo isto (e muito mais) faz sentido celebrar o Dia Internacional da Mulher... e continuar a lutar pela igualdade todos os dias.

## APAV diz que "ainda ficaram muitas perguntas por responder" pela Igreja

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 03/03/2023

Meio: Expresso Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=f6113c75>

Para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima devem ser tomadas medidas "muito brevemente"

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) considerou hoje que "ainda ficaram muitas perguntas por responder" por parte da Igreja em relação aos abusos dos menores, defendendo que devem ser tomadas medidas "muito brevemente".

"Ainda ficaram aqui muitas perguntas por responder e o expectável é que seja respondido muito brevemente sob pena de estarmos todos a fazer um percurso com muitos poucos resultados visíveis", disse à agência Lusa Carla Ferreira, assessora técnica da direção da APAV, em reação à Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), que hoje analisou o relatório da Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais na Igreja Católica Portuguesa.

Para Carla Ferreira, "não ficou claro" por parte da Igreja se vai haver uma continuidade da comissão independente e como esta "tolerância zero se operacionaliza", uma vez que simultaneamente a CEP diz que só se afastam clérigos denunciados se o relato for credível".

"Para a APAV, a palavra das vítimas costuma ser ela própria auto explicativa", disse, considerando importante um esclarecimento sobre esta questão do afastamento dos padres.

Em conferência de imprensa, o presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, José Ornelas, disse que o afastamento de alegados padres abusadores de menores está nas mãos de cada bispo.

José Ornelas remeteu eventuais indemnizações às vítimas de abusos sexuais para os seus autores, indiciando que não haverá lugar a indemnizações por parte da instituição.

A assessora técnica da APAV avançou também que é necessário esclarecer melhor a questão das indemnizações, tendo em conta que a CEP considera que a indemnização é um dever pessoal de cada pessoa que praticou os atos violentos, mas em outros países isto foi feito de uma outra forma, nomeadamente em França onde foi criada uma comissão genérica sob a alçada da Igreja Católica.

"Compreendemos que as decisões não possam ser tomadas todas hoje por questões logísticas, mas as decisões não podem esperar muito mais sob pena de ter várias consequências, nomeadamente aquilo que é o impacto relativamente às vítimas, mas também da credibilidade da própria instituição Igreja Católica", disse.

Carla Ferreira saudou a intenção da Conferência Episcopal Portuguesa de encetar contactos com as instituições que estão no terreno, manifestando disponibilidade da APAV "enquanto instituição apolítica e não confessional e com serviços especializados nesta matéria".

A mesma responsável considerou ainda que "pedir perdão é importante", como também passar a mensagem de 'tolerância zero', mas deve existir "uma atuação significativa" e "uma ação transversal", uma vez que tem de existir "algo tangível que permita perceber se uma vítima de uma determinada diocese tem acesso aos mesmos tipos de apoio e especialização de serviços que uma outra vítima de

outra diocese".

"Não se pode correr o risco de diferentes apoios nas dioceses", disse.

A Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais de Crianças na Igreja Católica validou 512 dos 564 testemunhos recebidos, apontando, por extrapolação, para um número mínimo de vítimas da ordem das 4.815.

Vinte e cinco casos foram reportados ao Ministério Público, que deram origem à abertura de 15 inquéritos, dos quais nove foram já arquivados, permanecendo seis em investigação.

Estes testemunhos referem-se a casos ocorridos entre 1950 e 2022, período abrangido pelo trabalho da comissão.

Há 10 minutos18:2416:3908:21Há 45 minutosHá uma horaHá uma hora18:23

Lusa

## APAV diz que investigação de abusos sexuais deve ser alargada a mais "sectores da sociedade"

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 03/03/2023

Meio: Público Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=db17dcfb>

Carla Ferreira diz que novas investigações podem "contribuir para dissuasão de comportamentos de abuso", mas sublinha que é crucial existirem "estruturas de resposta para as vítimas".

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) defende que a investigação independente dos abusos sexuais deve continuar e ser alargada a outros sectores da sociedade, para além da Igreja Católica, escreve a Renascença esta sexta-feira.

À rádio, Carla Ferreira, responsável da APAV pelo acompanhamento dos casos de violência contra crianças e jovens, diz que este alargamento de investigações ao sector do desporto, do ensino, do acolhimento ou das actividades extracurriculares pode levar a "movimentos de desocultação".

"Será que os números da violência sexual no desporto justificam a existência de uma comissão independente? E eu retribuo a pergunta, será que os números de abuso sexual no contexto da Igreja Católica justificavam a criação de uma comissão independente? É que, se nós vamos apenas pelos números que estão actualmente registados, vamos ter, nalguns contextos, números aparentemente muito baixos", referiu a responsável.

Carla Ferreira afirma ainda que estas investigações podem "contribuir para a dissuasão de comportamentos de abuso", mas sublinha que é crucial existirem "estruturas de resposta para as vítimas". "A dissuasão consegue-se quando todas estas ferramentas estão a acontecer em conjunto", diz.

JMJ vai ter centro de apoio à vítima

A Jornada Mundial da Juventude (JMJ) de Lisboa vai ter uma equipa móvel e um centro de apoio à vítima, segundo um protocolo assinado esta quinta-feira, que prevê a formação dos voluntários do maior encontro de jovens com o Papa.

De acordo com o coordenador-geral da JMJ, o bispo-auxiliar de Lisboa, Américo Aguiar, é "uma obrigação" da organização que "todas as pessoas se sintam num ambiente acolhedor", mas "tudo pode acontecer" com um milhão de peregrinos esperados no evento, que decorre de 1 a 6 de Agosto.

O presidente da Fundação JMJ Lisboa 2023 ressaltou, no entanto, em declarações aos jornalistas, que "o historial" de criminalidade das sucessivas JMJ "é muito baixo, quase zero".

A APAV irá dar formação a voluntários e colaboradores, auxiliar o dispositivo de segurança e prestar apoio personalizado a eventuais vítimas de crimes durante e após a JMJ. Com Lusa

PÚBLICO

**Bispo Auxiliar de Lisboa celebrou um protocolo com a APAV**

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=57adafcb-5cc7-434d-8040-c3aea31e7d44&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

O Bispo Auxiliar de Lisboa considera que a Igreja ainda não conseguiu receber o verdadeiro número de vítimas de abusos sexuais, esta tarde celebrou um protocolo com a APAV - Associação de Apoio à vítima no âmbito da jornada Mundial da Juventude.

**Jornada Mundial da Juventude: apoio a vítimas**

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=ce00a385-23b5-49a8-a0a2-d7e24b4b2728&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

A Jornada Mundial da Juventude que vai realizar-se em Lisboa vai ter disponíveis equipas de apoio a vítimas de crimes, é a primeira vez que uma jornada deste género tem este tipo de apoio.

Repetições: TSF - Notícias , 2023-03-02 20:14

**Jornada Mundial da Juventude vai ter equipas de apoio a vítimas de crimes**

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=5ea9399e-c8ae-4de9-9356-2919280693b4&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

Pela primeira vez, uma Jornada Mundial da Juventude vai ter disponíveis equipas de apoio a vítimas de crimes. A Fundação Jornada Mundial da Juventude vai assinar um protocolo de colaboração com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

Repetições: TSF - Notícias , 2023-03-02 16:00

## JMJ: Evento vai ter equipa móvel e centro de apoio à vítima

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 02/03/2023

Meio: Notícias ao Minuto Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=89140e6c>

A Jornada Mundial da Juventude (JMJ) de Lisboa vai ter uma equipa móvel e um centro de apoio à vítima, segundo um protocolo hoje assinado que prevê a formação dos voluntários do maior encontro de jovens com o Papa.

O protocolo foi assinado em Lisboa entre a Fundação JMJ Lisboa 2023 e a Associação de Apoio à Vítima (APAV).

De acordo com o coordenador-geral da JMJ, o bispo-auxiliar de Lisboa, Américo Aguiar, é "uma obrigação" da organização que "todas as pessoas se sintam num ambiente acolhedor", mas "tudo pode acontecer" com um milhão de peregrinos esperados no evento, que decorre de 1 a 6 de agosto.

O presidente da Fundação JMJ Lisboa 2023 ressaltou, no entanto, em declarações aos jornalistas, que "o historial" de criminalidade das sucessivas JMJ "é muito baixo, quase zero".

A colaboração com a APAV, que envolveu um custo para a organização da JMJ de 100 mil euros, suportado com o apoio da Sé de Lisboa, prevê atuar na "prevenção, proteção e resposta a incidentes que possam envolver jovens participantes na jornada".

A APAV irá dar formação a voluntários e colaboradores, auxiliar o dispositivo de segurança e prestar apoio personalizado a eventuais vítimas de crimes durante e após a JMJ.

Uma equipa móvel terá "técnicos disponíveis para se deslocarem e prestarem, sempre que necessário, serviços de apoio ao peregrino, nas cidades-dioceses de acolhimento de Lisboa, Santarém e Setúbal", segundo uma nota de imprensa hoje divulgada após a assinatura do protocolo, acrescentando que a JMJ irá ter igualmente um centro de apoio à vítima.

A linha telefónica de apoio à vítima, gratuita (116 006), será reforçada durante o evento.

O presidente da APAV, João Lázaro, enalteceu que pela primeira vez "um evento com a envergadura" da JMJ tenha considerado o "foco das vítimas" no seu planeamento.

A JMJ acontece a cada dois, três ou quatro anos numa cidade escolhida pelo Papa.

Lisboa foi a cidade escolhida em 2019 para acolher a Jornada de 2022, que transitou para 2023 devido à pandemia de covid-19.

PUB

Consolidação de crédito: Poupe nas suas prestações de crédito consolidando-as numa só

Lusa